

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

DAIANA LUCAS VIEIRA

**AS CARTAS DO DEMBO CACULO CACAHENDA: UMA
COMUNICAÇÃO FREQUENTE ENTRE AUTORIDADES AFRICANAS
E PORTUGUESAS (1780-1860)**

**Monografia de Final de Curso
elaborada sob a orientação da
Professora Dra Carla Maria Carvalho
de Almeida, como requisito parcial para
a obtenção do grau de Bacharel em
História.**

JUIZ DE FORA

2011

SUMÁRIO

Introdução	4
Capítulo 1 – A escrita da história da África e o uso de fontes e metodologias	7
1.1 Os Dembos: nosso objeto de estudo	10
Capítulo 2 - Origens do ensino da escrita em Angola	13
2.2 Algumas cartas do arquivo Caculo Cahenda	17
Capítulo 3 - Os itens mais cobiçados: papel, pólvora e armas de fogo	32
3.1 Outros mimos trocados	38
3.2 As cartas de 1860	43
Referencias bibliográficas	55

INTRODUÇÃO

Correndo os olhos sobre as estantes da Biblioteca de Letras da Universidade de Lisboa me deparei com um nome que chamou minha atenção “Caculo Cacahenda”, naquele instante me fiz algumas perguntas. E ao notar o subtítulo daquele livro “A apropriação da escrita pelos africanos” tive meu interesse enquanto pesquisadora despertado. Poucas vezes durante minha formação ouvi falar em documentação escrita por africanos no período colonial, porém como é sabido, algumas sociedades africanas integraram a escrita ao seu cotidiano. Ao tirar o livro da estante e começar a folheá-lo vi que se tratava, aparentemente, de cartas, sobre assuntos diversos, transcritas pelas autoras do livro Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos. A partir de então a palavra Dembo inquietou meus pensamentos. Desde então, resolvi buscar informações e aproximar-me daquele universo através da leitura das fontes transcritas pelas citadas autoras da obra *Africae Monumenta* e de outras obras que também abordam a temática.¹

A documentação pertencente aos arquivos de Estado dos Dembos foi transcrita pelas autoras o mais próximo possível do original que era um português escrito da forma como se falava, e que se fazia entender aos que liam, e propiciava o estabelecimento de uma comunicação entre as autoridades africanas e entre este e os portugueses. Além disso, deixava registrada e validava as decisões tomadas pelos Dembos e seus sobas². Entre estes 210 documentos transcritos, na referida obra, encontramos correspondências oficiais e pessoais sobre assuntos diversos que datam de 1718 a 1926, porém optamos por um recorte temporal menor na pesquisa por motivos explanados adiante. Esta documentação esteve na banza³ de

¹ TAVARES, Ana; SANTOS, Catarina (Ed.). *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cacahenda*. Vol. I. Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2002.

² O Soba é inferior hierarquicamente ao Dembo, e superior ao Quilamba. Os portugueses utilizavam o termo para designar o chefe da “tribo” africana. Ver: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Op. Cit. Pag. 439.

³ O termo Banza designa a povoação onde reside o governo de distrito ou concelho e/ou capital.

Caculo Cahenda até 1934, período em que foi recolhido pelas missões etnológicas nas colônias e enviado para Lisboa sobre o pretexto de salvar do esquecimento a cultura dos “povos primitivos”.

Mas afinal o que significa esta palavra dembo? Os dembos eram um tipo de estrutura política de pequena dimensão presente em Angola, principalmente entre os rios Dande e Bengo (Zenza), provavelmente desde o século XVII. Eram povos que possuíam uma organização política e reconheciam como líder os denominados Dembos (título). Estes dembos (territórios) possuem um nome como, por exemplo: Caculo Cahenda, Cazuangongo, Quibaxi Quiamubemba, entre outros. O Dembo (título) também carregava o nome do território para que se soubesse aonde a autoridade deste é reconhecida, exemplo: Dembo Caculo Cahenda, Dembo Cazuangongo, Dembo Quibaxi Quiamubemba, entre outros mais. Vale lembrar que estes Dembos possuíam um nome próprio já que esta denominação Dembo se refere a um título que é passado para outro sucessor após sua morte ou invalidez para o “cargo”, para melhor ilustrar cito o exemplo do primeiro Dembo Caculo Cahenda que aparece na documentação que temos em mão, ele se chamava Sebastião Francisco Xeque.

Não podemos precisar quantos dembos existiam na região dos Dembos, pois alguns eram criados e outros extintos com o passar dos anos. Um dos Dembos mais importantes de Angola ficou conhecido como Caculo Cahenda⁴ e o arquivo encontrado na banza deste Dembo será a fonte para esta tentativa de remontar um pedaço da história desta localidade. A pesquisa que visou desenvolver consiste na investigação de um “título” africano, conhecido como Dembo, e de uma região (dos dembos) existente em Angola até o início do século XX. A ênfase será no Dembo Caculo Cahenda, uma região muito almejada pelos portugueses durante o período colonial, e um título (Dembo) que teve uma duração de aproximadamente 400 anos.

A proposta central da pesquisa é analisar estes documentos resgatando através da leitura destes a história da região dos Dembos, do título Dembo e das relações afro-portuguesas neste contexto. Outras questões que tentaremos analisar são: a aplicação do contrato de vassalagem firmado entre as autoridades portuguesas e africanas; estudar a relação dos Dembos com a escravidão; tentar

⁴ Pode-se encontrar as seguintes grafias: Kakulo-Ka-Kaenda , Caculo Cáenda e Caculo Cahenda.

perceber em que medida o posicionamento geográfico das terras do dembo Caculo Cacahenda lhe beneficiava financeiramente; perceber os significados e a importância dos presentes e/ou mimos, como aparece na documentação, que foram trocados entre os Dembos e as autoridades portuguesas. Também discutiremos um pouco sobre história de Angola e das relações da coroa portuguesa com o seu império ultramarino.

Ainda que os estudos sobre a diáspora africana no Brasil tenham, de alguma forma, contemplado a África e os referenciais africanos, é inegável o distanciamento da academia brasileira, notadamente dos historiadores, dos debates teóricos e metodológicos que vêm, desde a década de 1950, constituindo o campo dos estudos africanos em diferentes países ocidentais e no próprio continente africano. Nesse sentido, de certa forma, essa pesquisa visa contribuir para o cenário acadêmico brasileiro e, particularmente para o campo da história, pois pretende trazer questões de grande relevância para os interessados em história da África.

Notadamente após a implementação da Lei 10.639/2003 e, posteriormente da Lei 11.465/2008, a História da África “conquistou” um espaço inédito nas instituições acadêmicas brasileiras e ao mesmo tempo mostrou uma “carência” de profissionais especializados na área e de pesquisas sobre história da África e não só da diáspora africana. Na tentativa de justificar esta falta de uma história da África se atrelava esta lacuna à dificuldade em se encontrar fontes relativas à história deste continente, que teria em sua maior parte povos com tradição oral. De fato muitas regiões deste continente mantiveram uma tradição oral o que dificulta, mas não impede o estudo da história da África. Só que as fontes escritas existem, apesar de estarem espalhadas nos diversos países que colonizaram a África. São fontes raras em sua maioria, mal distribuídas no tempo e no espaço, e sua interpretação implica dificuldades devido ao modo como estes africanos que utilizaram a escrita se apropriaram das palavras de uma língua diferente da que falavam antes da colonização e ao mau estado de conservação de alguns destes documentos.

Capítulo 1

A escrita da história da África e o uso de fontes e metodologias

A África tem uma história. E uma história que vai muito além da escravidão, da savana e dos leões. A história da África, este continente tão diverso, durante muito tempo foi camuflada e distorcida, e por isso ela deve ser reescrita e/ou escrita. Como bem destaca J. Ki-Zerbo, a África presenciou “*gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de pro cônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos*”⁵ e isso devido a vários motivos, dentre eles, a mentalidade medieval que ainda se fazia presente na cabeça destas pessoas. Diante desta mentalidade medieval e do pré-conceito estipulado sobre o novo e/ou o diferente essa imagem distorcida da África foi projetada e difundida ao longo do tempo.

Não se trata de querermos escrever agora uma “história revanche”, mas sim de mudar a perspectiva e redirecionar o olhar para imagens esquecidas ou perdidas. Faz-se necessário reconstruir o cenário verdadeiro e modificar discursos distorcidos⁶. Não significa que a história da África possa, por exemplo, como muito bem cita Muryatan, “*abolir a realidade histórica das relações da África com os outros continentes. Mas que tais conexões deveriam ser analisadas destacando os intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais*”⁷. A pesquisa que começamos a apresentar aqui tem o resgate da visão de autenticidade e identidade dos africanos como um de seus objetivos.

Na tentativa de justificar esta falta de uma história da África se atrelava esta lacuna a dificuldade em se encontrar fontes relativas à história deste continente, que

⁵ KI -ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. Vol. I, Brasília : UNESCO, 2010. P.30.

⁶ KI -ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. Vol. I, Brasília : UNESCO, 2010. P.33.

⁷ BARBOSA, Muryatan Santana. A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO). São Paulo. P. 28

teria em sua maior parte povos com tradição oral. As fontes escritas existem, apesar de estarem espalhadas nos diversos países que colonizaram a África e estarem em vários idiomas. São fontes raras em sua maioria, mal distribuídas no tempo e no espaço, e sua interpretação implica dificuldades devido ao modo como estes africanos que utilizaram a escrita se apropriaram das palavras de uma língua diferente da que falavam antes da colonização e ao mau estado de conservação de alguns destes documentos.

Porém, muitos documentos escritos inéditos de caráter narrativo e arquivístico têm sido descobertos e permanecem ainda inexplorados no Marrocos, na Argélia⁸ e em países europeus como Portugal que ainda não teve os documentos administrativos relativos à África totalmente organizados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) por falta de financiamento. Um exemplo deste tipo de documentação são as cartas e requerimentos administrativos e pessoais relativos aos Dembos (região de Angola) que se encontram no Arquivo Histórico Ultramarino e até o ano de 2011 estavam “perdidos” no meio da documentação referente a Angola apenas higienizados, mas ainda não organizados. Este mesmo tipo de documentação referente aos Dembos pode ser encontrado no Arquivo Histórico de Angola e no livro *Africae Monumenta*, do qual trataremos mais adiante. Somente em dezembro do ano passado a UNESCO se comprometeu a organizar e publicar esta documentação que agora é considerada pela UNESCO patrimônio documental da humanidade.

A documentação dos Dembos é um bom exemplo do que acabamos de mencionar acima (os documentos escritos relativos a história da África estão espalhados em diversos países e arquivos), pois além da documentação publicada no livro *Africae Monumenta* – que serão as fontes primárias desta pesquisa - existem documentos que complementam estes, já publicados no livro, em Angola e em Portugal que serão publicados, esperamos que em breve, pela UNESCO. São cerca de 1200 documentos, sobretudo correspondências trocadas entre as autoridades tradicionais africanas da região dos Dembos, no Norte de Angola, e as autoridades coloniais portuguesas em Angola. “*A documentação é constituída por*

⁸ Ver o caso dos inventários em: KI -ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph KI-Zerbo. Vol. I, Brasília : UNESCO, 2010. P.35.

originais, cópias, rascunhos e minutas, nomeadamente de ofícios e cartas privadas, bilhetes, testamentos, listas de produtos, recibos, ordens de pagamento, processos judiciais, requerimentos, autos de vassalagem, guias de marcha, orações e cartilhas”

9

Como lidar com estes documentos espalhados por diversos espaços físicos e com lacunas cronológicas? O modo como o pesquisador se propõe a lidar com estes documentos talvez seja o que, no momento, pode minimizar este problema. E ao mesmo tempo este é o atual problema relativo à escrita da história da África. Antes o problema dos trabalhos históricos relativos à história da África era o estabelecimento de fontes, hoje o grande problema é metodológico.

A metodologia que utilizaremos neste trabalho não se funda em esquemas pré-concebidos de análise das ideias e da história. Ela se baseia na fonte primária, que são as cartas do arquivo Caculo Cahenda publicadas na obra *Africae Monumenta*, e na análise dos dilemas e problemas que o próprio documento traz. A partir de uma incansável leitura e releitura destas cartas é que tentamos entendê-las e entender a história dos homens que nos deixaram esta rica documentação. Vale destacar que isso não quer dizer que esta pesquisa não leve em consideração e não tenha conhecimento da bibliografia e dos problemas contemporâneos dos estudos, especialmente historiográficos, das relações humanas.

O que se almeja com este estudo é contribuir e participar deste momento de consolidação acadêmica e institucional da história da África no Brasil. Conhecer e estudar a história da África é importante para a consolidação de uma visão anti-racista entre as gerações que estão cursando os primeiros anos na Escola hoje. Também é fundamental para um futuro enriquecimento da disciplina história da África que na maioria das instituições acadêmicas brasileiras, atualmente, são apenas conhecimentos introdutórios sobre a temática.

⁹ UNESCO. P.11

1.1 Os dembos: nosso objeto de estudo

Os dembos eram um tipo de estrutura política de pequena dimensão presente em Angola, principalmente entre os rios Dande e Bengo. Eram povos que possuíam uma organização política e reconheciam como líder os denominados Dembos. Estes dembos (territórios) possuem um nome como, por exemplo: Caculo Cacahenda, Cazuangongo, Quibaxi Quiamubemba, entre outros. O Dembo (título) também carregava o nome do território para que se soubesse aonde a autoridade deste é reconhecida, exemplo: Dembo Caculo Cacahenda, Dembo Cazuangongo, Dembo Quibaxi Quiamubemba, entre outros mais. Vale lembrar que estes Dembos possuíam um nome próprio já que esta denominação Dembo se refere a um título que é passado para outro sucessor após sua morte ou invalidez para o “cargo”, para melhor ilustrar cito o exemplo do primeiro Dembo Caculo Cacahenda que aparece na documentação que temos em mão, ele se chamava Sebastião Francisco Xeque.

Não se sabe ao certo quantos dembos havia na região dos dembos. Era um numero que oscilava com o passar dos anos, já que alguns eram extintos e outros eram fundados. Um dos Dembos mais conhecidos, avassalado pela coroa portuguesa em 1615 e que se dizia descender do Rei do Congo e da Rainha Ginga e se intitulava o maior de todos os dembos é o referido Caculo Cacahenda. Este dembo nós deixou um grande acervo documental composto pelas cartas publicadas na obra *Africae Monumenta* e também por outras cartas ainda não publicadas presentes no Arquivo Histórico Ultramarino.

A documentação pertencente aos arquivos de Estado dos Dembos foi transcrita pelas autoras o mais próximo possível do original que era um português escrito da forma como se falava, que tinha influencias do kibundo, e que se fazia entender aos que liam, e propiciava o estabelecimento de uma frequente comunicação entre as autoridades africanas e entre este e os portugueses. E, além disso, deixava registradas as decisões tomadas pelos Dembos e seus sobas¹⁰. Entre estes 210 documentos transcritos encontramos correspondências oficiais e pessoais

¹⁰ O Soba é inferior hierarquicamente ao Dembo, e superior ao Quilamba. Os portugueses utilizavam o termo para designar o chefe da “tribo” africana. Ver: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Op. Cit. p. 439.

sobre assuntos diversos que datam de 1718 a 1926. Esta documentação esteve na banza¹¹ de Caculo Cahenda até 1934, período em que foi recolhido e enviado para Lisboa.¹²

Estes documentos foram recolhidos durante as missões etnológicas nos territórios africanos de 1930 que foram realizadas por Portugal, e outras potências coloniais europeias, que tinham a função de salvar do esquecimento documentos que resguardassem a cultura dos “povos primitivos”. Essas missões também teriam o intuito de ajudar na correção dos métodos empregados pelas autoridades coloniais durante o período de colonização destes povos. As missões foram financiadas por instituições culturais oficiais e particulares¹³.

Maria Emília de Castro e Almeida em 1994, reorganizando os papéis de seu pai Antonio de Almeida no Centro de Antropobiologia, que fora dirigido por ele e agora estava sob a direção dela, encontrou alguns documentos que foram recolhidos por seu pai em uma missão, do Ministério das Colônias, no interior de Angola. Sem saber ao certo de que se tratava ligou para sua amiga Maria Emília Madeira Santos para que esta lhe ajudasse a identificar tal documentação. Logo percebeu que se tratava aparentemente de documentos escritos por africanos em meados do século XVIII e foi atrás de pistas que lhe ajudasse a identificar melhor aqueles documentos. E assim chegou ao texto de Antonio Almeida, publicado em 1938, *Relações com os Dembos. Das cartas do Dembado de Kakulo Kahenda* que acabou por lhe revelar que se tratava de cartas e/ou correspondências oficiais escritas por africanos que formavam o arquivo de Estado do Dembo Caculo Cahenda¹⁴.

Certamente não estamos diante do arquivo de estado do Dembo Caculo Cahenda, mas de parte dele. Uma vez que o Dembo entregou a documentação ainda em exercício pode ter feito suas escolhas ao entregar a documentação. Além disso, já temos notícias de outras cartas “pertencentes” ao arquivo do Dembo Caculo Cahenda em Angola e no Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal. Fato que

¹¹O termo Banza designa a povoação onde reside o governo de distrito ou concelho e/ou capital.

¹² SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Op. Cit. p. 23

¹³ SANTOS, Maria Emília Madeira. **Prefácio**. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Op. Cit. p.12

¹⁴SANTOS, Maria Emília Madeira. Op. Cit.

não tira a importância destas cartas que nos revela a duração de um “título político” africano por aproximadamente 300 anos e como a cultura escrita europeia influencia a cultura oral dos dembos.

Capítulo 2

Origens do ensino da escrita em Angola

Na África Austral, nomeadamente em Angola, a comunicação a distancia era realizada pela mensagem memorizada e por interpretação de símbolos (branco-paz, vermelho-guerra) e pelo telegrafo angolano. O mondo lunda, como era conhecido o telegrafo angolano, era ouvido a uma distancia de 10 km a depender do vento e da altitude. Ele era um instrumento de percursão que exigia uma aprendizagem das técnicas, que geralmente era iniciada ainda na infância, tanto para transmitir como para retroverter o som emitido para a linguagem humana¹⁵.



Figura 1: Mundo: instrumento que se ouve a distancia utilizado em Angola como uma espécie de telefone. Retirado de: SANTOS, Maria Emília madeira. Nos caminhos de África. p.532

A escrita começou a ser usada em Angola e no Congo pela coroa portuguesa para contatos oficiais com os poderes africanos. Inicialmente o processo era

¹⁵CARVALHO, Henrique Dias de. *Etnographia e história tradicional dos povos da Lunda*. Lisboa:1890.p.499

complexo, pois o portador da missiva precisava conjugar-se com um interprete e ele mesmo ou um escrivão, que o acompanhava, escrevia a resposta do chefe africano “traduzida” e adaptada aos formulários europeus.

Com o passar dos anos os filhos da aristocracia, e outros ao acaso, tinham acesso ao ensino dos padres estabelecidos na cidade de S. Salvador. Havia também professores laicos africanos de que o rei utilizava como secretario quando queria que a missiva fosse confidencial e não passasse pelos intermediários portugueses¹⁶. A escrita vai se tornando um elemento auxiliar da comunicação oral.

A vulgarização dos modelos próprios da comunicação escrita foi propiciada principalmente a partir da afirmação da soberania portuguesa em Luanda. Destacando-se duas vias de natureza politica que colaboraram para esta vulgarização sendo elas: a instalação dos presídios e o estabelecimento de laços políticos com os potentados africanos nos moldes das relações de vassalagem.¹⁷

Os presídios eram instalações de caráter militar, prisional e comercial e não tinham qualquer função de ensinar a escrever. Entretanto, como eram estabelecimentos da administração colonial lusa acabaram sendo responsáveis por uma situação de coexistência quotidiana entre instituições africanas e portuguesas, entre cultura da oralidade (africana) e cultura da escrita (lusa).

Perto dos presídios havia sobas vassalos¹⁸ usando de um estatuto juridicamente estabelecido com base no direito português. No tratado de vassalagem havia um ato oral e um escrito. De acordo com Catarina e Ana Paula o acordo

celebrava-se na presença de duas pessoas com poderes de soberania próprios ou delegados: o rei de Portugal, representado pelo seu governador em Angola, ou outra autoridade portuguesa com poderes competentes (caso dos capitães mores dos presídios) e o rei ou chefe

¹⁶SANTOS, Maria Emília Madeira. *Prefácio*. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.16

¹⁷.Fontes escritas africanas para a história de Angola. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.481

¹⁸Também conhecidos como sobas feudatários. Eram chefes africanos submetidos pelos portugueses que se tornavam vassalos do rei de Portugal através de um ato solene registrado em documento escrito.

africano. Este podia ser representado por uma embaixada no momento das negociações e fixação das condições do tratado, mas só ganhava força legal com a assinatura aposta pelo próprio rei e a execução por este dos atos simbólicos inerentes. Nesta cerimônia pública o documento escrito, previamente preparado, era lido em voz alta¹⁹.

Note que a escrita começa a ser utilizada pela coroa portuguesa para os contatos oficiais e para oficializar uma cerimônia cheia de ritos e de oralidade. E os sobas avassalados tem no registro escrito a legitimação do seu poder pelas autoridades coloniais e utilizavam sempre que necessário este documento para provar o dito. Antes mesmo de saber escrever os africanos compreenderam o caráter vinculativo e fixo do que estava gravado no papel.

Os presídios, em alguns lugares associados a feiras, foram em sua maioria instalados durante o século XVII no hinterland²⁰ de Luanda. Algumas datas: Massangano (1583), Muxima (1599), Ambaca (1614), Cambambe (1604), Benguela(1617) e Caconda (1682)²¹. Comparado à totalidade do território angolano o numero de presídios era pequeno, porém a sua concentração na área dos rios Cuanza e Lucala indicia a existência de uma zona antiga e continuada de presença portuguesa privilegiada pela conjugação com as missões, que era outra forma de intervenção.

Como dito anteriormente, muitas vezes associados aos presídios estavam às feiras. Elas eram instaladas no cruzamento de caminhos tradicionais, lugar privilegiado para aproveitar o fluxo constante das redes comerciais africanas²². As feiras podem ser consideradas as organizações que tinham mais capacidade para adentrar o interior. Eram os pontos mais avançados da presença luso-africana no sertão angolano. Nas feiras a escrita começou a circular. Segundo Isabel Castro Henriques a feira, *mpumbu* (pumbu) na cultura africana, é uma instituição legítima

¹⁹Fontes escritas africanas para a história de Angola. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.483

²⁰Lugares onde há estradas que ligam ao porto.

²¹Fontes escritas africanas para a história de Angola. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.483

²²Ibidem. p.488

africana, que existia antes da intervenção europeia, sobre a qual se estruturou o comércio de escravos.²³ As primeiras feiras ligadas aos portugueses são de 1621.

O comércio e as feiras acabaram se tornando vias de difusão da escrita já que as técnicas comerciais, a contabilidade, os instrumentos de pagamentos e a necessidade de escrever para realizar o comércio a distancia acabam mostrando a necessidade do aprendizado da escrita. O comércio também foi veículo de circulação dos pesos e medidas portuguesas, simultaneamente, muitas vezes, com os pesos e medidas dos africanos.

Com a abolição legal do tráfico transatlântico de escravos em 1836 o comércio foi redirecionado para outros produtos, como o marfim e a cera, e as práticas comerciais mudaram. Circulava pouco dinheiro e o que passava a mover o comércio era o crédito. Este era escrito em pedaços de papel ou fixado na memória. A ideia de comércio e contabilidade foi aos poucos se alterando²⁴. O comércio a longa distancia, abrindo o sertão a todos os agentes comerciais foi a melhor via de expansão da escrita.

A maioria das histórias gerais da África trata superficialmente a manifestação da escrita e a sua relação com o desenvolvimento da história das distintas regiões africanas. Pouco se fala sobre a utilização de uma escrita não africana em contextos totalmente ou parcialmente africanos.

O que a documentação que apresentaremos aqui mostra é que o uso da escrita para fins diplomáticos ou de consolidação de poder se deu em um número considerável de sociedades que não tinham uma cultura escrita. Podemos citar aqui, além dos dembos de Angola, o Reino do Congo. Independente de a sua utilização ser quase que exclusivamente para as relações de Estado, o uso da escrita no Reino do Congo, é um indicador de que as sociedades tidas como ágrafas, usaram a escrita e tiraram proveito das novas possibilidades de comunicação²⁵.

²³HENRIQUES, Izabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT, 1997.

²⁴ Não podemos generalizar este modelo para todo o território conhecido hoje como Angola. Em algumas localidades havia células ou notas pagáveis ao portador.

²⁵ A respeito de a temática ver: Luís Ferronha. *As cartas do Rei do Congo*; John Thornton. *The Kingdom of Kongo*. Informações sobre o uso da escrita também estão espalhadas entre diversos

Veremos que no caso dos Dembos, e provavelmente de outras regiões de Angola, a escrita assume importância como um meio disponibilizado que tinha por função e capacidade não só a comunicação oficial com as autoridades lusas, mas também era uma forma de salvaguardar informações úteis. O documento escrito também era importante em momentos em que se tinha a legitimidade de determinadas funções e situações sociais contestadas. Segundo Ana Tavares e Catarina Santos o que facilitou a apropriação de uma escrita importada foi a *ausência de uma tradição escrita de caráter endógeno*.²⁶ Veremos, a frente, que a transferência para o papel de relações que a oralidade tornou duradoura impôs uma lenta mas gradual modificação das estruturas administrativas e tornou legítimo o posicionamento dos Dembos(título).

O que farei daqui a diante é tentar desvendar o que estes documentos, que formam o arquivo de estado do Dembo Caculo Cahenda, querem nos dizer em um enorme esforço de interpretação analisando carta por carta. A uma conclusão já podemos chegar: estas fontes cobrem cinco séculos e foram conservados pelos Dembos com objetivos semelhantes aqueles que nos faz guardar nossos arquivos de estado: para provar a legitimidade de uma eleição, o cumprimento de um dever ou para salvaguardar informações. Ali estão presentes assuntos do cotidiano que cabe a nós identificar e interpretar.

2.1 Algumas cartas do arquivo Caculo Cahenda

A maioria das cartas que apresentaremos aqui, e das que foram entregues pelo Dembo Caculo Cahenda como sendo seu Arquivo de Estado, são as respostas de autoridades lusas às missivas escritas pelos africanos. As cartas enviadas pelo Dembo Caculo Cahenda as autoridades lusas, muito provavelmente, estão no AHU. São as cartas que receberam o financiamento da

relatos de viajantes europeus que percorreram alguns países africanos, em especial relatos do século XIX.

²⁶ Fontes escritas africanas para a história de Angola. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.499

UNESCO e ainda não estão disponíveis para consulta. Porém as cartas de resposta escrita pelas autoridades lusas, em sua maior parte, menciona o que estava escrito na carta a qual eles estão respondendo. A primeira carta do arquivo de acordo com nosso recorte temporal, já que não utilizo aqui todas as cartas devido à extensão temporal da documentação²⁷, que data de 1780, diz o seguinte²⁸:

Recebi a Vossa Carta de 16 do mez passado de Janeiro, do presente ano, e estimo muito ter Letras Vossas, e juntamente por ver e conhecer, que vos empregais no Real Serviço, como bom, e Leal Vassalo de Sua Majestade Fidelissima, o que espero assim continueiz concervando e governando os Vossos Povos, com sossego e paz, como sempre o fizeram os Vossos antepassados, não causando, nem consentindo perturbaçoinz, e dezassocegos, por que emquanto assim fizerdes, achareis sempre prompta a minha vontade, para vos favorecer, em tudo o que for a bem do Real Serviço. Agradeço-vos o moleção que me mandastes e pella relação junta acharás, o que vos mando, por via dos Vossos Embaixadores. [grifos meus]

Deos vos g^{de} m^s ann^s São Paulo da Ass^{am} a 17 de Fev^{ro} de 1780

José Gonçalo da Camara

Para Dom Sebastião Francisco Dembo Caculo Cahenda
Quiambole prim^{ro}

Esta missiva foi trocada entre o governador de Angola José Gonçalo e o Dembo Caculo Cahenda Dom Sebastião Francisco e traz alguns pontos interessantes e comuns ao resto da documentação. Note que destaquei quatro pontos nesta carta. O primeiro diz respeito ao que falamos anteriormente, ou seja, a apropriação da escrita. Muitos Dembos tinham secretários para poder escrever as cartas às autoridades lusas, essa é uma figura comum e importante na

²⁷ O arquivo que foi entregue pelo Dembo Caculo Cahenda durante as missões, que recolheram documentos deste tipo em Angola, tem documentos que datam de 1677 a 1926 e são 210 cartas. Optei por um recorte um pouco menor para facilitar a análise do contexto histórico e também porque a partir de 1870 os Dembos entram em conflito com os portugueses. Estes conflitos possuem uma densidade cronológica muito densa que as cartas não contemplam. Aliás, as cartas quase não falam destes confrontos. O que se pode notar é uma diminuição na troca de correspondências.

²⁸ Documento numero 8. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit.p.63

documentação como veremos adiante. Este Dembo Caculo Cahahenda sabia escrever como evidencia o autor da carta dizendo “*estimo muito ter Letras Vossas*”.

O segundo ponto que merece destaque é: “*como sempre fizeram vossos antepassados*”. Esta expressão evidencia que as relações permeadas pela paz, “amizade”, solidariedade e retribuição, já estão presentes há alguns anos entre Dembo Caculo Cahahenda e a Coroa lusa. A terceira expressão destacada “*agradeço-vos o moleção*” remete a escravatura. Moleção é uma designação que se dava, em certas regiões, ao criado, servo e ao escravo. Na documentação a palavra aparece no sentido de escravo que são muitas vezes forma de pagamento de dívidas, multas ou, como nesta carta, um meio de presentear. Marcel Mauss destaca em sua obra que em algumas sociedades ditas primitivas “*as trocas e os contratos fazem-se sob a forma de presentes, em teoria voluntários, na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos.*”²⁹ Essa obrigatoriedade de retribuir os presentes fica bem clara nas cartas que analisamos como veremos a seguir.

Ainda no que diz respeito a relação com as autoridades portuguesas, os escravos são muitas vezes usados para fazer o pagamento do dizimo e aparecem com outras denominações como: quijico (quisico), morinda, mucama e peça as Índia)³⁰. No arquivo de estado do Dembo Caculo Cahahenda não aparece a palavra escravatura ou escravidão, entretanto a escravatura como pratica é recorrente e dela existem indícios na documentação que analisamos. Vale ressaltar que estes indícios correspondem ao sistema africano e não a escravatura concebida e mantida como um sistema pelos europeus. Em Angola havia terra em abundância, só que não existia aperfeiçoamento de técnicas e instrumentos e a solução foi aumentar a quantidade de braços. Era mais fácil mudar o trabalho do que a “tecnologia” vem daí provavelmente o estatuto de escravo doméstico. Os primeiros escravos certamente eram prisioneiros de guerra. Posteriormente outras formas de captação de escravos surgiram, a exemplo a pena imposta a certos criminosos³¹.

²⁹ MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida*. Tradução: Antônio Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 2008.p.55

³⁰ Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit.p.403

³¹ Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Op. Cit. p.403

Os africanos já conheciam a instituição da escravidão antes da presença dos estrangeiros³². Mas o tráfico transatlântico intensificou a produção de escravos, transformando as pessoas em mercadoria valiosa. Segundo Thornton a escravidão era tão difundida na África que a América pode ser povoada por escravos apenas por causa desta previa disponibilidade³³.

Voltando a troca de presentes ou encomendas esta nos remete as práticas de vassalagem e ao cumprimento dos termos deste tratado. A prática da vassalagem requer o uso da escrita para que se pudessem resolver assuntos pertinentes a este contrato. De forma a garantir a “*harmonia dos poderes*” a fim de garantir uma paz diplomática³⁴. A paz diplomática e a harmonia dos poderes eram guiadas pela amizade política, pagamento de dízimos e troca de embaixadas e embaixadores com presentes, mimos ou simples cartas que cumpram as formalidades que se esperava deste tipo de comunicação. Era revestido na forma de presente ou mimo oferecido generosamente um formalismo que no fundo remete a obrigação contratual, no caso o contrato de vassalagem, e a interesses econômicos³⁵. Mas estes presentes também revelam muito da necessidade momentânea de quem recebe o presente, e quais itens tinham mais valores para os africanos e para os portugueses. Na verdade, os presentes são dados na certeza de que serão retribuídos. Luiz Felipe de Alencastro destaca em sua obra que “*muitas vezes as oferendas, para além do valor monetário, representavam o tributo político que os*

³² Existe uma vasta bibliografia no que se refere a esta temática. Ver: COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o limbombo – a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.; REIS, João José. “*Notas sobre a escravidão na África pré-colonial*”. *Estudos Afroasiáticos*, nº 14 (1987).; VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Marina de Mello e. “*Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão corada ao movimento Antoniano, séculos XV-XVIII*”. *Tempo*, nº 6 (dez de 1998); Wlamyra R. de Albuquerque; Walter Fraga Filho. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

³³ Thornton, John, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elviesier, 2004

³⁴ SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu*. *Rev. hist.*, São Paulo, n. 155, dez. 2006. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2011. p.90

³⁵ MAUSS, Marcel. *Opus cit.* p.56

*europæus prestavam aos soberanos nativos*³⁶, só que o contrario também acontece. Não eram apenas os europeus que usavam as oferendas para pagar tributos. Algumas vezes o Dembo Caculo Cahahenda envia escravos aos representantes lusos como uma forma de pagar seus tributos. Falaremos adiante destes presentes enviados pelos europeus que eram na verdade tributos.

Finalizando esta carta a menção aos embaixadores, que são figuras importantes neste processo de troca de correspondência e que aparecerão com frequência nas cartas. Os embaixadores eram portadores de cartas, “*mensageiros especiais portadores de títulos importantes*”³⁷ que ficavam responsáveis pelas relações com outros estados e com as autoridades portuguesas. Uma carta é um documento de estado e um instrumento da comunicação do governo que requer um portador politicamente bem visto. O modo como os portugueses tratavam os embaixadores, principalmente se mal tratados, era assunto para algumas cartas.

Usamos ao longo da dissertação o termo Estado de acordo com a definição de Vansina. Para o autor, “*o estado pode definir-se como um território que englobava algumas aldeias que reconhecessem a autoridade política de um chefe*”³⁸. Evitamos o uso do conceito de reino usado por alguns historiadores, principalmente os que abordam o Congo, por achar que o uso deste termo pode passar a impressão de que estamos querendo usar um conceito europeu para pensar sociedades africanas. Também poderíamos usar o conceito de “sítio de poder” criado por Maria Emília Madeira dos Santos para apontar a existência de unidades políticas africanas³⁹. A autora rejeita o uso do conceito de Estado definido por Vansina. Acreditamos que a definição de Vansina é aplicável ao nosso estudo

³⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 74

³⁷ VANSINA, Jan. *A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros estados*. In: *Historia Geral da África: a África do séc. XII ao XVI*. Vol. IV. Brasil: Ática/Unesco, p.573.

³⁸ Apud: CARVALHO, Flavia Maria. P.39

³⁹ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Em busca dos sítios do poder na África Central Ocidental: Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915)*. In: *Angola on the move. Transport routes, communication, and History*: na Internacional Symposium, Berlin, 2003.

uma vez que nas fontes o termo Estado aparece frequentemente (“intentarão expulsar do Estado ao seu Dembo e levantarem outro”) ⁴⁰.

Como dito anteriormente outra figura importante para esta comunicação oficial eram os secretários. Estes eram geralmente africanos que aprenderam o uso da escrita com os capuchinos e se tornaram os responsáveis pela escrita oficial nos dembos. Eles foram fundamentais para a aprendizagem da escrita do poder e para reformulação do aparelho burocrático dos dembos (territórios). Catarina M. Santos atribui a figura do secretário uma “*posição hierárquica equivalente a das dignidades tradicionais a quem cabe os contornos de figura chave no desenvolvimento das relações diplomáticas com as autoridades portuguesas*” ⁴¹. O cargo de secretário era um cargo que conferia poder, um poder que poderia ser adquirido independente de linhagem ou parentesco, tal era a importância desta função. Uma carta de 1784 relata uma confusão causada por um secretário ⁴²:

III^{mo} Ex^{mo} Snr

Dizem os Macôtas Conselheiros do Estado do Dembo Caculo Cacahenda D. Paulo Sebastião Francisco Cheque que servindo se em outro tempo de Lourenço Bezerra Pinto p^a Secretário p^{er} do seu Estado este p^r razão do d^o ministério sabia de vários particulares dele; e maucumunando-se com vários macotas principaez intentarão expulsar do Estado ao seu Dembo e levantarem outro, de tal forma que se hia formando quazi huma guerra civil entre os Macotas e Povos daquele Estado. Seguindo hum hum partido, e outros outro, e vendo o d^o Dembo este atentado recorreo a esta cidade pondo-o na prezença do III^{mo} Snr General, que então governava que informandose da verd^e mandou prender ao do Lourenço Bezerra Pinto e alguns dos d^{os} traidores e os fez determinar p^a hum dos Postos do Brazil q passados tempoz eram perdoados e se recolherão p. as suas habitaçoenz e como agora os Sup^{es} tem noticia q o d. Bezerra Confederado com seu sogro Franco Quiquêlo, Francisco Camama, Franco Cabálo, Miguel Samba a cabengo, Sebastião Bula Gúngua, Gonçalo Quigembo, Simão Gongga, Gonçalo Calûlo e outros pertendem maquinar semelhante atentado e para lhe acudir logo como remédio recorreu[grifos meus]

⁴⁰ Este é apenas um de muitos trechos de cartas que poderíamos colocar aqui para comprovar o que estamos afirmando. Próxima carta trabalhada no texto. Documento número 9. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Op.Cit. P.64

⁴¹ SANTOS, Catarina Madeira. Opus cit. p. 94

⁴² Documento numero 9. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.64

O secretário em posse de informações privilegiadas tenta colocar os Macotas, que eram conselheiros, contra o Dembo a fim de derrotar o Dembo Caculo Cacahenda e “erguer” ali um novo Dembo. O Dembo Caculo Cacahenda pede ajuda ao governo de Angola, que manda prender o secretário e o envia para o Brasil, controlando a situação. Mas com a notícia da volta do secretário para Angola o Dembo teme um atentado e, antes que isso aconteça, pede ajuda as autoridades portuguesas. Devemos nos atentar ao fato de que o cargo de secretario deve ser dado a alguém que saiba escrever e que fosse de confiança já que todos os assuntos do Estado iriam passar pelas mãos dele.

Os Dembos não costumavam recorrer às autoridades portuguesas para resolver assuntos internos, já que eram independentes. Porém, quando lhes convinha eles pediam auxilio aos portugueses e até usavam das leis portuguesas para julgar alguns casos. Eles moviam-se entre os dois direitos “*mostrando um conhecimento dos dois que lhes permite fazer recurso a um ou a outro, consoante a natureza do caso em resolução*”⁴³. Os processos judiciais que fazem parte do arquivo de estado do Dembo Caculo Cacahenda estão organizados conforme o cânone luso e contém certidão, termo de audiência e alegação das partes, termo de conclusão e certidão de notificação de sentença. Apesar do assunto geralmente estar ligado às praticas locais como, por exemplo, a aplicação de multas como forma de reparação de crimes. Embora houvesse esta interferência nos sistemas jurídicos, os Dembos possuíam um Mestre Juramentador que resolvia assuntos protegidos pelo Dembo e seus auxiliares.

O secretário ocupava uma posição hierarquicamente próxima das dignidades tradicionais, como o conselho dos macotas⁴⁴. E nos pareceu, após análise da documentação, que o posto ou vaga⁴⁵ de secretário era uma forma de se adquirir

⁴³ SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit.p.34

⁴⁴ Os macotas eram conselheiros do soba ou Dembo. Era um individuo geralmente mais velho e que tinha uma respeitabilidade. De acordo com o glossário da obra *Africae Monumenta*, mesmo não fazendo parte do conselho governativo eram os macotas, dada a autoridade de sua palavra, bastante considerados pelo agregado social. Eles eram solicitados para julgamento de litigio, quando este não exigia a intervenção do soba.

⁴⁵ Aparecem as duas denominações na documentação dos Dembos.

poder, e privilégios também, que independia das estruturas de parentesco. De certa maneira, escrever o poder era exercer o poder, pois a escrita se confundia com o Estado. Em uma carta do arquivo de estado dos Dembos temos um comerciante se “oferecendo” para secretário do Dembo Cahuanga e fazendo suas exigências para ser contratado e para ser demitido também⁴⁶:

“me falaram que o nosso Dembo senhor D. Thomaz Quizengue, precisa de um homem para servir de secretário do seu estado, para escrever, ler e responder todos os ofícios do seu estado, e eu respondi a eles...se este senhor quiser de mim e que me mande buscar por gente sua, e por sua conta, para me levarem na tipoia, por não poder ir marchando a pé, e levarem também a minha rapariga...mande-me por isso, se gostar ter um secretario bom no seu estado, 34 carregadores por sua conta, para me levarem e levarem a minha companheira e tudo mais que é meu que pretendo levar...deve de nos mandar também matolotagem para comer no caminho, mandando tambem dizer que sendo eu secretario paga me por mez ? ou paga me por anno, e quando é que me paga...eu estou prompto para lhe servir pagando-me por mez ou por anno, dando-me todos os dias almoço e jantar, e casa grande para eu e minha rapariga morar, em cuja caza e aonde servirá de minha secretaria [grifos meus] para eu escrever todos negócios do seu estado e quando o Dembo não gostar para o futuro dos meus serviços como seu secretario, me fornecera carregadores para me virem trazer aqui.”

Veja como esta figura inova a estrutura política dos Dembos. Antes o Estado era formado pelos Dembos e os macotas, após firmar relações com os portugueses e se apropriarem da escrita, eles incorporaram o secretario - que era quem escrevia o poder- a estrutura anterior. Os secretários incorporaram o papel das chancelarias portuguesas. Eles se preocupavam com a utilização do lacre e do papel timbrado, fornecido pelos portugueses, tentavam se assemelhar as práticas da burocracia colonial. Note no primeiro grifo que fizemos no documento o uso do termo Estado pelo remetente da carta.

⁴⁶ Documento número 168. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit.pp.314-315

Voltando ao episódio descrito na penúltima carta transcrita, que foi enviada pelo Dembo Caculo Cacahenda ao governador de Angola, vale destacar que ela traz um elemento da história do império luso bastante discutido recentemente, que é o fato destes territórios ultramarinos estarem muito mais interligados do que se imaginava anteriormente. Como bem destaca Alencastro “*a continuidade da história colonial não se confunde com a continuidade do território da colônia*”⁴⁷. A história do Brasil e de Angola está interligada não só no que diz respeito ao fluxo de escravos vindos para o Brasil e ao número de produtos que iam do Brasil para Angola. Esta ligação apresenta outras facetas. Como vimos, em 1784 um secretário do Dembo Caculo Cacahenda é enviado para o Brasil pelas autoridades lusas em uma espécie de castigo, e temos notícias de que em períodos posteriores negros que vinham para o Brasil, e aqui aprendiam a escrever, quando conseguiam retornar para Angola já chegaram a ocupar o cargo de secretário na região dos Dembos.

Um produto brasileiro muito apreciado pelos habitantes da região dos Dembos era a Geribita⁴⁸, mencionada em muitas cartas, ela era muito utilizada pelos portugueses e pelos comerciantes para agradar as autoridades africanas. O processo de fervura do melado da cana para produzir o açúcar mascavo deixava melaços e outros resíduos que podiam ser destilados para obter aguardentes de cana de alto teor alcoólico, predecessores da famosa cachaça brasileira, conhecidas no comércio africano como geribitas. Elas foram usadas em Angola para ultrapassar as aguardentes portuguesas e os vinhos metropolitanos e da madeira menos fortes. Vejamos uma das cartas onde a geribita é mencionada⁴⁹:

Recebo a vossa carta e sinto que experimenteis falta de saúde, me sigurais, queira Deos dar vo la boa para lhe fazeres muitos serviços e a sua Magestade.

Vai ordem para que vos não obriguem a dar carregadores salvo aqueles que eu mandar a deligencias do seruiso do dito Senhor, e se vós voluntariamente os dar aos viandantes pagando elles o que hé de estilo conforme o trabalho que tiverem, ca aparecer Francisco

⁴⁷ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Opus cit. p.21

⁴⁸. Ver: MILLER, Joseph. *O trafico português de escravo no atlântico sul no século dezoito: uma instituição marginal nas margens do sistema atlântico*. In: Fontes & estudos. Numero 3. Luanda: AHNA, 1996. pp.147-188.

⁴⁹Documento 10. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.66

Gonçalves que vos obrigou a dar hua pessa de Jndia e ele destes moleque por haverem quebrado os carregadores o quito de geribita, eu vo lo farey restituir p [papel rasgado] nam he justo pagueis o que por acazo e não por malisia sucedeu.

Nam emporta que nam pudesse descobrir as duas pontas de marfim que não deixaria de ser dificultoso porque rara vez sucede havelas igoais assim na cor como no tamanho: as unhas de gran besta me dizem as há por essas partes se vos não derdes como do [papel rasgado] remeteréis havendo ocazião que mandarej satisfazer.

Ofereso vos esse quito de geribita que como o tempo está fresco servirá pa [papel rasgado] eles vos aquentar, aos portadores mandej convidar com cobres para o caminho, eles entrega[papel rasgado] a encomendinha que vos agradeo.

Deos vos Gde muitos anos

Sam Paulo da Assumpção 12 de Julho de 1786

Rodrigo Cesar de Menezes

A Dom Sebastiam Francisco Cheque Dembo Caculo Cacahenda

A cachaça foi a mais importante bebida alcoólica importada pela costa ocidental da África, sendo largamente utilizada por comerciantes brasileiros para conseguir escravos, após o século XVII a geribita supera o vinho. Esta transição se explica por uma série de vantagens que a cachaça teria em relação ao vinho como, por exemplo, o preço da produção que era mais baixo. Também o custo do transporte era mais barato, em virtude do menor tempo de navegação entre o Brasil e Luanda, e a cachaça era volumosa como lastro⁵⁰ para navios em viagem. Além disso, a geribita oferecia aos fornecedores de escravos africanos a possibilidade de adquirirem proporcionalmente maiores quantidades de bebida. O vinho era mais caro, tinha um teor alcoólico menor e era mais propenso a estragar. Por ser bem alcoolizada e destilada a cachaça resistia ao tempo de viagem⁵¹.

⁵⁰ O lastro consiste em qualquer material usado para aumentar o peso e/ou manter a estabilidade de um objeto. Os navios carregaram lastro sólido, como pedras ou areias por séculos. Nos tempos modernos, as embarcações passaram a usar a água como lastro, o que facilitava bastante a tarefa de carregar e descarregar um navio, além de ser mais econômico.

⁵¹CURTO, José C. *Álcool e escravos*. Lisboa: Editora Vulgata, 2002. p. 402. In: SIMAS, Luiz Antonio. *Álcool e escravos*. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300009>.

Não devemos nós esquecer que também existia o lado africano do comércio de escravos. Curto salienta “a participação fundamental de uma vasta gama de lideranças políticas e religiosas africanas que estimulavam e eram elementos ativos das operações comerciais negreiras”⁵². Ao que nos parece os Dembos eram envolvidos nas operações comerciais negreiras. Ainda de acordo com Curto, o envolvimento de autoridades coloniais nas transações envolvendo o álcool e os cativos também foi marcante, sendo simbólico o caso do governador de Angola, João da Silva e Souza, que após deixar o governo foi para Pernambuco e começou a exportar significativas quantidades de cachaça para Luanda⁵³.

Não tomamos conhecimento de nem um estudo que tenha feito um cálculo aproximado dos lucros obtidos pelos africanos envolvidos no processo de compra e venda de escravos com geribita. Os dados quantitativos permitem concluir que os lucros alcançados pelos europeus e brasileiros podiam chegar a 500% do capital investido, segundo Simas⁵⁴. A respeito dos locais e dos Dembos, que é nosso objeto de estudo, não temos como afirmar nada, ficando uma lacuna como desafio para os que tentarem analisar as repercussões africanas do negócio.

A carta descrita anteriormente traz elementos deste universo do comércio de homens e da utilização da geribita. Na carta o “preço” cobrado pelo estrago causado pelos carregadores ao quito de geribita⁵⁵ foi uma peça da índia (escravo de boa qualidade). Ou seja, o quito de geribita valia um escravo de boa qualidade na região dos dembos de Angola. Nota-se também no final da carta o envio por parte do governador de Angola de um quito de geribita para o Dembo Caculo Cachenda com a finalidade de agradecer a “encomendinha”. Não sabemos o que era a encomendinha que o Dembo Caculo Cachenda mandou, mas em outras cartas

⁵²CURTO, José C. Opus cit. p.608

⁵³CURTO, José C. Opus cit. p.608

⁵⁴SIMAS, Luiz Antonio. *Álcool e escravos*. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300009>.

⁵⁵Barril equivalente a quinta parte de uma pipa de aguardente e/ou cachaça brasileira. Se uma pipa tinha em média uma capacidade de 500 litros o quito de Geribita equivale aproximadamente a 100 litros de aguardente

temos governadores agradecendo pelo molecao enviado. Poderia muito bem serem trocas comerciais e não apenas trocas de mimos, presentes ou encomendinhas afim de cumprir as praticas de vassalidade já citadas. Vemos aqui um bom exemplo da ideia que Marcel Mauss traz em sua obra de que a dadiva requer uma noção de credito e de que quem recebe uma dadiva, ou presente, tem a obrigação de retribuir⁵⁶.

Os portadores da carta, ou embaixadores, foram agraciados com cobres. Este metal integrava um conjunto de bens essenciais na vida económica destas populações como o sal e o ferro, base de um comércio indígena de longa distância, desenvolvido muito antes do advento da presença portuguesa em Angola⁵⁷.

Outra temática recorrente nas missivas, assim como nesta apresentada acima, era o problema dos carregadores. O serviço de carregador era mal visto pela maioria do povo *“devido à notoriedade dos maus tratos infligidos pelos comerciantes ao forçarem os carregadores”*⁵⁸ em troca de pouco ou nenhum pagamento. Mas os carregadores não eram utilizados somente pelos comerciantes, eles também eram utilizados nas comitivas dos chefes em seus deslocamentos. Eram eles quem faziam o transporte das mais variadas cargas, incluindo o transporte de pessoas. Basta lembrar a carta que vimos anteriormente onde o secretário pede para o Dembo *“me mande buscar por gente sua, e por sua conta, para me levarem na tipoia, por não poder ir marchando a pé, e levarem também a minha rapariga...mande-me por isso ... 34 carregadores por sua conta”*⁵⁹.

⁵⁶ MAUSS, Marcel. Opus cit. p.109

⁵⁷SOUZA, Ana Madalena Rosa Barros Trigo de. *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo 1764-1772*. Dissertação de mestrado. Lisboa. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=2ZDKOE24Epl%3D&tabid=1351&language=pt-PT> Acesso em:30/08/2013

⁵⁸DIAS, Jill. *Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)*. Lisboa: Penélope Estudos, 1994. p.43-91.

⁵⁹Documento 168. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.).Opus cit. pp.314-315

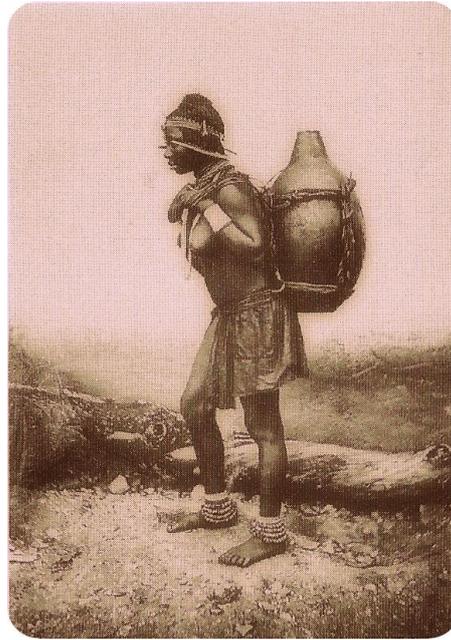


Figura 2: Carregadores

Segundo Santos e Tavares “o fornecimento de carregadores as autoridades portuguesas é uma das obrigações dos sobas e dembos que consta dos tratados de vassalagem”⁶⁰. Porém, o Dembo Caculo Cahenda e os demais Dembos lucravam com o fornecimento de carregadores aos comerciantes. Com isso descumpriam o que tinham firmado no contrato de vassalagem, não fornecendo os carregadores solicitados pelos portugueses. O governador de Angola toma conhecimento disso, como acontece nesta carta, onde Francisco Gonçalves acaba por contar ao Governador o ocorrido com os carregadores que deixaram quebrar o quito de Geribita. E o governador não gosta da notícia porque o Dembo Caculo Cahenda tinha uma arrecadação monetária e não pagava os tributos que deveria pagar ao rei de Portugal, do qual era vassalo. Além disso, os carregadores solicitados pelas autoridades lusas para o comércio com os europeus e com os habitantes do interior de Angola nunca satisfaziam a demanda. Fato que gerava desconfiança e insatisfação.

Outro aspecto interessante desta carta é o pedido do governador de duas pontas de marfim. O marfim era trocado por armas de fogo, tecidos e outros bens

⁶⁰SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p. 386

importados, também era requisitado para o comércio de exportação e era uma moeda de troca em muitos lugares da África⁶¹. De acordo com Elias Alexandre o marfim “é o precioso gênero de um contrato privativo á fazenda real”⁶². Esta carta é de 1787, época em que havia o monopólio régio do comércio do marfim. O monopólio régio do marfim foi abolido em 1834. Em seguida, 1836, decretou-se a proibição do tráfico de escravos. O tráfico clandestino de escravos continuou até meados de 1850 e depois de 1845 o marfim passou a ser o produto mais importante do comércio legal de exportação de Angola⁶³.

O marfim era o produto que obrigava as caravanas comerciais a atingirem os pontos mais distantes. A aquisição de marfim em grande quantidade, para atender a demanda do litoral, exigia um comércio eficiente de longa distância. Com o aumento das caravanas o preço do marfim aumentava e a quantidade de produto diminuía devido à fuga dos elefantes perseguidos para regiões ainda mais distantes⁶⁴. Com essa penetração no interior atrás de marfim este produto acabou por levar o comércio sertanejo a abrir caminhos por onde indiretamente também acabaram passando outros produtos africanos.

Em meados de 1830, para algumas regiões de Angola, o comércio de longa distância, que era executado nesta época pelos sertanejos brancos, mestiços ou negros, necessitava de técnicas especiais como o recurso aos pombeiros⁶⁵, que por sua vez contratavam carregadores. Quando havia duas ou três caravanas, concomitantes com a principal, que era liderada pelos macotas⁶⁶, estas caravanas precisavam pagar tributos para passarem em alguns territórios. O que exigia um

⁶¹DIAS, Jill. Opus cit. p.54

⁶²CORREA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: 1937. Vol. I. p.127

⁶³SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos da África: serventia e posse*. Angola- século XIX. Lisboa: 1998.p.11

⁶⁴SANTOS, Maria Emília Madeira. Opus cit.p.12

⁶⁵ Pombeiros são pretos descalços, agente dos aviados para a venda a retalho, na qual se mostram hábeis e sempre dão boas contas do pacotinho que lhes incumbem.

⁶⁶ Os macotas eram conselheiros de sobas. Homens mais velhos bastantes respeitados e considerados pelo agregado social em que viviam.

controle de contas. Há esta altura o sertanejo já não era um simples homem posto a caminho ou preparado para viagem por outra pessoa qualquer. O comercio era calculado: “*debitava as manufaturas e miudezas (tecidos, armas de fogo...) ou ainda conchas-moedas e creditava o marfim a cera e outros produtos naturais*”⁶⁷.

Os pombeiros requisitados pelos sertanejos para estas caravanas sabiam, bem ou mal, escrever e ler os recibos, as faturas, os bilhetes. Os pombeiros que em 1802 atravessaram um pedaço da África fizeram um pequeno diário com informações relevantes e deixaram registrados o seu conhecimento dos caminhos que percorreram⁶⁸. O comércio com o interior foi uma via de difusão da escrita muito importante.

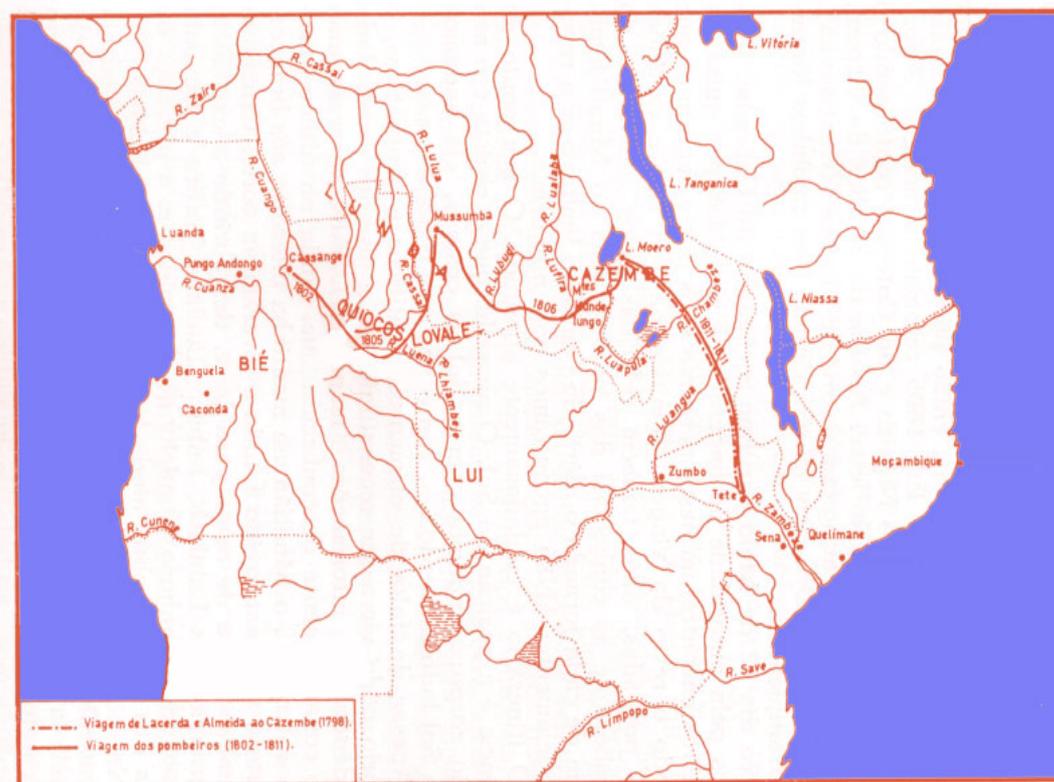


Figura 3: Mapa da viagem dos pombeiros de 1802 a 1811 - **Fonte:** Maria Emília Madeira Santos, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, p.197

⁶⁷SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens e apontamentos*. pp.72-104 Apud: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit.p.492

⁶⁸ Este relato pode ser lido em: <http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/pombeiros1.html>

Capítulo 3

Os itens mais cobiçados: papel, pólvora e armas de fogo

“Hoje a vta do seu embaixador despachei a carta p^a sua ex^{cia} e forão dois Empacaceiros bons e muneciados de Polvora e Ballas, e levarão ordem de hoje m^{mo} chegarem a Gombe anambua, e os foi acompanhar hum soldado.(...)Estou a espera dos Empacaceiros do Gombe amuquiama, e hoje os mandei apreçar, e logo q cheguem cá mando a guarda q vm^{ce} me pedio. Remeto 26 cargas de pólvora que vm^{ce} pede, q^{to} a moniçoens não tenho, só sim quartos e lhe remeto 89 d^{os} q chegão para m^{tos} tiros [grifos meus]”.

Esta carta⁶⁹ de 1817 enviada pelo alferes regente da província ao Dembo Sebastião Miguel Francisco Cheque é uma das cartas onde temos relatado o pedido do Dembo por munições e pólvora. Notamos com a leitura deste acervo documental que alguns itens são pedidos com mais frequência pelo Dembo Caculo Cahahenda, são eles: as armas de fogo, o papel e material para escrita, pólvora e munições. Ao estudo destes artigos nos dedicaremos agora. Porém primeiro veremos quem eram os Empacaceiros.

Os Empacaceiros eram conhecedores dos sertões e ótimos flecheiros e muitos deles formaram uma milícia indígena dos portugueses que ficou conhecida como guerra preta. O termo empacaceiro deriva de pacaça (espécie de boi ou búfalo africano frequente em Angola) que vem do quimundo mpakassa. Dai vem à designação empacaceiros-caçadores de pacaça. Com o passar dos anos os empacaceiros só mantiveram o primeiro nome. Eles passaram a fazer parte da milícia, que já não era flecheira. Eles eram armados com espingardas e serviam não só de tropa, mas também de auxiliares dos exércitos portugueses⁷⁰.

⁶⁹ Documento 23. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p. 81

⁷⁰ Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit.p.400

A chamada tropa de segunda linha, segundo Catarina e Ana Paula faz alusão aos empacaceiros ou guerra preta contemporânea da conquista, começada logo com Paulo Dias de Novaes colaborando com as tropas regulares portuguesas⁷¹.

Neste acervo documental os empacaceiros são mencionados quando ocorre algum conflito entre Dembos e ou sobas. O fornecimento de empacaceiros era uma forma de pagamento da renda que o Dembo Caculo Cacahenda tem obrigação de pagar as autoridades lusas. Aparece nas cartas como “renda dos empacaceiros”. Eles são mencionados em cartas onde as autoridades portuguesas cobram o cumprimento desta obrigação de pagar a renda dos empacaceiros⁷². A carta abaixo⁷³ comprova o que afirmamos:

(...)Qto a gente da Renda p^a o serviço de Sua mag^{de} nesta regência, sinto m^{to} q v m^{ce} se tenha descuidado; pois dez empacaceiros não fazem falta a v m^{ce} o mais são desculpas, e huma vez que vmce se tem na conta de vassalo de Sua Magestade, deve auxiliar a esta regência com os empacaceiros do costume. O q tem valido he o Dembo Gombe Amuquiama, e o Dembo Cazuangongo, pois estes nunca faltam com a renda dos empacaceiros, e são mto prontos; porem a Renda de Vm^{ce} he que sempre falta. O portador do papel ahinda não veio e logo que vier mandarei a V m^{ce} bastante.(...).

Nesta carta aparece outro produto que era sempre pedido: o papel. Os contínuos e insistentes pedidos por papel e tinta apontam para as verdadeiras necessidades e para a maneira como a escrita circulou e foi importante no interior de Angola. O papel era um bem de consumo necessário, precioso e caro por isso cada milímetro dele era aproveitado. O Dembo Caculo Cacahenda e seus secretários escreviam dos dois lados da folha de papel, faziam contas nos cantos que sobravam sem escrever⁷⁴. Na falta de papel as folhas de bananeiras eram utilizadas para escrita.

⁷¹ Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit.p.400

⁷² Glossário. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit.p.401

⁷³ Documento 24. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. pp.82-83

⁷⁴ *Fontes Escritas Africanas para a história de Angola*. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.).Opus cit.p.507

As cartas eram dobradas e desdobradas muitas vezes, era um registro, que mesmo rasgadas devido a grande manipulação foram guardadas pelos Dembos. Com a mesma finalidade que guardamos nossos documentos de Estado. Eram mais que missivas, eram correspondências oficiais. Algumas lacradas com o sinete do Dembo Caculo Cacahenda “e escrita pelo secretário que a assinava como tal”⁷⁵.

A história do Dembo Caculo Cacahenda está documentada desde o século XVII até o XX, de modo que podemos perceber como se estruturou este processo de apropriação da escrita por estes africanos. Ao ler estas correspondências notamos que, com o passar dos anos, os Dembos (título) também utilizam a escrita para se comunicar com os demais Dembos da região abordando assuntos locais e demonstrando o aprendizado de como funciona um “Estado burocrático”⁷⁶. É visível o desenvolvimento de um aparelho político que traz o aprendizado adquirido na relação com o Estado português. Um aparelho político que tem ao mesmo tempo um “conselho dos macotas e de instituições não políticas, como as linhagens”, e novas estruturas “decalçadas da administração colonial”, como os secretários e os Arquivos de Estado⁷⁷.

Os dembos não abandonaram a sua estrutura política e social original e conseguiram manter uma relação com um Estado que dispunha de um sistema político e burocrático fixado sobre a escrita. Isso nos mostra que a colonização na África, geralmente associada por alguns historiadores ao tráfico de escravos, possui outras dimensões que configuram acontecimentos sócio-culturais cheios de autonomias.

Agora que já falamos dos empacaceiros e do papel, voltaremos a tratar da importância da arma de fogo em Angola. A introdução das armas de fogo e a sua relativa banalização não constituem um fator decisivo no estudo das estruturas políticas africanas. Porém, não podemos deixar de levar em conta a importância que

⁷⁵SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Prefácio*. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed). *Opus cit.* p.10

⁷⁶Ibidem

⁷⁷SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu*. *Rev. hist.*, São Paulo, n. 155, dez. 2006 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2011. p.82

as armas tiveram. Elas conferiam prestígio e eram os instrumentos capazes de fazer frente aos europeus e de banalizarem a guerra entre os africanos, em especial para aquisição de escravos.

Isabel Castro Henriques enfatiza que alguns historiadores africanistas têm atribuído uma importância às armas de fogo bem maior do que elas realmente teriam tido. Porém a autora, assim como nós, valoriza as análises que buscam avaliar a importância das armas não só no conflito entre africanos para resgate de escravos, mas principalmente no uso das armas face aos europeus⁷⁸.

Pesquisadores europeus distinguem claramente dois períodos distintos para a utilização de armas e o tipo de guerra. O primeiro período foi marcado pela utilização do arco e flecha nas guerras. Ao notarem a desproporção entre os mortos provocados pelas armas de fogo europeias e as mortes causadas pelas armas africanas, restaram duas opções aos africanos. Ou os africanos inventavam armas capazes de reequilibrar a relação entre o ataque e a defesa, ou eles davam um jeito de substituir gradualmente o arco e a flecha pelas armas de fogo.

Dada à necessidade de armas de fogo, as sociedades africanas utilizaram estratégias diferentes para a aquisição e a utilização das armas de fogo. A intervenção dos comerciantes e dos traficantes europeus foi importante porque eles tinham interesse em armar os africanos para encorajá-los a mais guerras e consequentemente produzir mais escravos. Na maioria das vezes estas armas eram de má qualidade e não havia um reabastecimento regular de cartuchos e de pólvora. Esta situação levou os africanos a fabricarem cartuchos utilizando resíduos diversos e a utilizar uma pólvora forte que resultava da mistura da pólvora que vinha da Europa com outra “caseira”. Com isso as explosões e as consequentes cegueiras eram constantes. Manusear armas de fogo acabou se tornando perigoso⁷⁹.

⁷⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal- África. Séculos XV-XX*. Edição Caleidoscópio: Portugal, 2004. p.366

⁷⁹ HENRIQUES, Isabel Castro. Opus cit. p.368-369

De acordo com Isabel Castro Henriques, como as armas eram pouco eficazes na guerra africana⁸⁰ aos poucos elas foram “*transformadas*” pelos chefes africanos em símbolos do poder, que contribuem de maneira decisiva para aumentar o prestígio dos seus proprietários⁸¹”. E a sua aquisição começou a depender de manobras políticas, como era o caso do Dembo Caculo Cahahenda, e de operações comerciais complexas.

Vale lembrar que nem todas as sociedades africanas adotaram comportamentos homogêneos. Algumas sociedades africanas- como os Corocas situados a sul de Bengela que não queriam armas de fogo e os Cuilo que não gostavam de armas de fogo, e vendiam todas as armas que ganhavam como presente- recusavam as armas de fogo⁸². Por isso é complicado pensar qual a utilização foi dada a arma em cada sociedade. No caso dos Dembos, a frequência de pedidos por armas e pólvoras aumenta quando o Dembo Caculo Cahahenda estava em conflito com a região do Encoge (1866-1868) e quando eles percebem que os portugueses estão querendo tentar dominar a região (depois de 1870).

Alguns traficantes de armas de fogo entregavam as armas junto com os “presentes” ofertados aos chefes políticos africanos. Cada chefe decidia qual lugar deveria ser ocupado pelas armas na sociedade que liderava. O aumento do uso e da demanda por armas de fogo seguia o ritmo de cada grupo. No caso do Dembo Caculo Cahahenda notamos que a partir de 1850 a demanda por armas de fogo e pólvora vai aumentando. Os pedidos foram se tornando mais frequentes. Isso porque os portugueses estavam começando a tentar entrar efetivamente nesta região. Construindo fortes nos Dembos que permitiam tal construção e a partir da instalação do forte eles começam a dominar o território.

Os “presentes” oferecidos pelos comerciantes e viajantes europeus devem ser tidos primeiramente como um ato que mostra o interesse em estabelecer o

⁸⁰As técnicas de guerra, as estratégias espreitadas e os resultados almejados pelos africanos eram diferentes dos que norteavam os europeus nas guerras.

⁸¹HENRIQUES, Isabel Castro. Opus cit.p.387

⁸²HENRIQUES, Isabel Castro. Opus cit. p.372

comércio com a região que recebe a dádiva⁸³. E posteriormente, este ‘presente’ assume a forma de imposto. Os comerciantes eram obrigados a pagar para passar em algumas regiões como o Dembo Caculo Cachenda, por exemplo. O Dembo Caculo Cacahenda arrecadava muitos impostos com os comerciantes que atravessavam os trechos navegáveis dos rios que cortavam seus territórios⁸⁴.

A cobrança destes “direitos de passagem”, digamos assim, só foi possível porque as sociedades africanas mantiveram até muito tarde o controle não só de seus territórios, como também, das vias de acesso (caminhos e rios). Os europeus eram obrigados a se submeter à regra criada por cada grupo social. Não conseguimos saber quais eram as regras para travessia na região de Caculo Cacahenda. Este assunto não aparece nas missivas que analisamos. Mesmo porque o Dembo Caculo Cacahenda omitia seus ganhos para não pagar o dizimo a Coroa portuguesa. Este era o imposto pago pelos europeus aos africanos citado no início deste capítulo.

Henrique de Carvalho destaca uma faceta da história do uso das armas de fogo na África que é imprescindível levar em conta. Os africanos seguem uma lógica militar diferente da ocidental, eles não fazem guerras para multiplicar os mortos. Segundo o autor, os africanos não rejeitam a guerra, porém não querem ou não podem, talvez por alguma crença religiosa, ter um grande número de mortos. No confronto com os portugueses armados com armas de fogo, os africanos preferem afastar-se do confronto. As armas de fogo parecem ter desempenhado nas guerras entre africanos um papel dissuasor: o barulho do disparo e a faísca intimidam o inimigo, que lhes atribui uma carga mágica⁸⁵. Nas missivas do arquivo do Dembo Caculo Cacahenda temos relatos desta fuga dos africanos perante a guerra. Na época em que o Dembo Caculo Cacahenda estava em conflito com a região Ngombe Anamboá, 1866-1867, ele foge das suas terras

(...) em resposta tenho a dizer ao meu velho amigo que muito estimarei que se recolha breve para a dita sua Banza antiga ao

⁸³ Sobre a teoria da dádiva ver o estudo de: MAUSS, Marcel. Opus cit.

⁸⁴ DIAS, Jill. Opus cit.

⁸⁵ CARVALHO, Henrique de. Apud: HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal- África*. Séculos XV-XX. Edição Caleidoscópio: Portugal, 2004. p.385

pagamento dos dízimos, pertencentes a Fazenda Nacional, de que importa o dízimo por cada ano a 400 a 500\$000 rs fortes; por isso não posso annuir que aqueles sobas e seu povo se emcorporarão a V. S^a por que sei que se eles se incorporarem debaixo do mando de V.S^a, sem duvida não pagarão mais o dízimo [grifos meus] de que estão sujeitos(...)⁸⁶.

Esta correspondência enviada por um representante da Coroa portuguesa comprova o que acabamos de falar: muitas vezes em períodos de conflitos as autoridades africanas preferem fugir da região onde residem para não ter muitos mortos entre os seus. Neste caso, Caculo Cacahenda só retorna a sua banza (sede, residência) aproximadamente um ano depois. A carta que da noticias de seu retorno data um ano após esta carta que acabamos de ver. Note nesta carta também o motivo pelo qual o remetente da missiva não apoia a ideia de Caculo Cacahenda de tentar submeter os povos daquelas regiões aos seus domínios. A falta de pagamento do dízimo será o motivo pelo qual as autoridades lusas vão entrar em guerra contra o Dembo Caculo Cacahenda em 1870, discussão que ficará para o terceiro capítulo.

3.1 Outros “Mimos” trocados

Já falamos de alguns mimos, presentes e encomendas trocados entre os Dembos e as autoridades portuguesas. Mas falta falar de alguns outros objetos que aparecem sendo trocados e dos mimos enviados pelos comerciantes ao Dembo Caculo Cacahenda. Lembrando que não acreditamos que a troca de “presentes ou mimos” seja apenas uma obrigação devido ao contrato de vassalagem estabelecido com a Coroa lusa como mencionam Tavares e Santos. Não desacreditamos da ideia de que alguns destes presentes na verdade eram pagamentos de impostos cobrados devido ao avassalamento. Mas esta troca de presentes também se dava devido aos interesses mercantis de ambas as partes e talvez devido a uma prática de generosidade e interesse que já era comum entre estes africanos.

⁸⁶Documento 59. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.167

Em uma carta de 1818 um representante da autoridade Portuguesa relata em sua carta de resposta ao Dembo Caculo Cacahenda um pedido que o Dembo fez a ele um tanto quanto curioso:

Dembo Caculo Cacahenda. Recebi a Vossa Carta com o mimo que me ofereceis de huma Cabeça. Eu vos remeto huma Pistola – vinte quadernos de papel – oito arráteis de Polvora – desoito ballas de chumbo - e vinte quatro penas de escrever, e também Vos remeto o Vosso Requerimento despachado como podias esperar, ligando me á razão, e Justiça que desejo praticar com todos os Dembos e Sobas; e não vão as Pistolas, e Espada q servirão para o Vosso Vndamento pois são reservadas para iguaes Ceremonias [grifos meus].

Deos Vos Guarde muitos anos. Loanda 21 de Fevereiro de 1818

Luiz da Motta Feo

Para o Dembo Caculo Cacahenda⁸⁷

Como esta não é uma carta muito extensa optei por transcrevê-la na integra. Logo no inicio dela vemos mimos enviados pela autoridade lusa que acabamos de tratar no item anterior. Em seguida, ele fala de um requerimento despachado. É comum o Dembo Caculo Cacahenda pedir para enviar requerimentos para confirmar sua autoridade e para pedir resoluções judiciais. Já falamos aqui que os Dembos costumavam usar o direito local e o português, conforme lhes fosse conveniente. E também gostavam de ter em mãos estes requerimentos para quando precisassem comprovar o que estava em questão.

Finalizando a carta, Luiz da Motta fala que não foi possível enviar as Pistolas e Espada que servirão para o Vosso undamento. Ele esta se referindo a Pistola e a Espada usada na cerimonia de undamento que ocorre quando é firmado o contrato de vassalagem. Mas pra que o Dembo Caculo Cacahenda queria uma espada e uma pistola usadas em cerimonias de undamento? Talvez a resposta esteja na incorporação das praticas portuguesas. Provavelmente, ele estava querendo usar esta Espada e a Pistola em cerimonia de undamento para “avassalar” aqueles que habitavam suas terras. Esta parte da cerimonia do trato de vassalagem era a mais importante, ou a mais bem vista, pelos Dembos, visto que, cerimonias com ritos gestuais são as comumente usadas pelos africanos. E tem um peso maior em sua tradição cultural.

⁸⁷Documento 26. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.90

Antes da chegada dos portugueses em Angola os undamentos eram cerimônias que tinham como principal função a transmissão de poder dos chefes para seus sucessores. Os portugueses fizeram uma adaptação de uma “*cerimonia original mbundu do undamento para a construção da cerimônia de avassalamento dos sobas junto aos portugueses*”⁸⁸.

Os ritos das cerimônias de avassalamento e também o significado de determinadas palavras utilizadas eram interpretados de forma diferente por portugueses e africanos. Os portugueses ao tomarem conhecimento da prática do undar começaram a introduzir elementos da cerimônia original para criar a prática do avassalamento dos sobas africanos. Com essa apropriação estrangeira, o undamento perdia seus “*significados originais e passava a incorporar novos elementos e novos significados, como por exemplo rituais cristãos*”⁸⁹. Essa apropriação e adaptação feita pelos portugueses gerou o undamento com o sentido novo. O undamento português era uma forma de demonstração por parte dos sobas africanos do reconhecimento da autoridade portuguesa. Para os sobas o undamento luso servia para ter uma confirmação, por parte dos portugueses, do soba em determinadas terras ou para confirmar um novo soba eleito pelos macotas, que era o caso dos Dembos na maioria das vezes. Sempre que um Dembo era eleito realizava-se o undamento e também se escrevia uma carta de confirmação.

O padre cappuccino Cavazzi descreve em sua obra a cerimônia de undamento do soba Guzambambe que nós dá uma ideia do que era esta cerimônia⁹⁰:

(...) Alcançado o seu desejo, jurou sobre os Santos Evangelhos que nunca deixaria de cumprir os capítulos da aliança, já condecorados antes e agora de novo declarados. Então, o representante português abraçou-o e fê-lo cobrir com uma manta comprida, em sinal de investidura. Depois, sobre uma bacia de prata, foi trazida não sei que farinha, da qual comeram ambos um bocado, prometendo-se perpetua amizade e dando-se mútuos parabéns.

⁸⁸ CARVALHO, Flavia Maria de. *Do undamento ao avassalamento: ritos e cerimônias, alianças e conflitos entre portugueses e sobas do antigo Ndongo*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 7

⁸⁹ Ibidem

⁹⁰ CAVAZZI, Giovanni Antonio. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. 2 volumes. Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1965. Vol. II. P.244-245

Guzambambe foi então despido e estendido sobre o chão, onde os seus mais próximos familiares lhe deitaram por todo o corpo a dita farinha, ao mesmo tempo que proferiam palavras de bom augúrio, enquanto outros o esfregavam vigorosamente e diziam que lhe confirmavam a autoridade sobre os seus súbditos. Ao mesmo tempo, ele próprio lançava pó na cara, declarando-se indigno de tantas honras e agradecendo ao capitão, ao governador de Angola e ao Rei de Portugal.

Já de pé e hieráticamente direito, agitava garbosamente a azagaia, como para confirmar quanto prometera. O capitão cobriu-o de novo com a manta e cingiu-lhe a espada. Eu benzi um grande estandarte em que estavam reproduzidos alguns mistérios da Redenção e entreguei-lho

Esta descrição é de uma cerimonia realizada durante o século XVII, provavelmente esta cerimonia foi mudando um pouco com o passar dos anos. Mas como não encontramos uma descrição do século XVIII resolvemos usar esta para ilustrar melhor a temática. Nesta descrição não vemos o uso da pistola, porém vemos o uso da espada e a incorporação de elementos religiosos, citada anteriormente.

Voltando a pergunta que nos fizemos ao começar a analisar esta carta (para que o Dembo Caculo Cacahenda queria uma espada e uma pistola usadas em ceremonias de undamento?) acredito que podemos encontrar a resposta no interesse em dominar os instrumentos dominados pelos portugueses. O Dembo Caculo Cacahenda interessa-se pelo domínio da escrita inicialmente, depois, como vimos aqui, ele se interessa pela estrutura administrativa e incorpora a sua estrutura a figura do secretário. Era de se esperar que ele também quisesse ter os instrumentos utilizados na cerimonia de undamento para undar os povos que viviam sobre seus domínios.

Outra carta interessante é uma carta de 1815 enviada pelo comandante regente da província para O Dembo Caculo Cacahenda⁹¹:

Nos dias passados remeti duas cab^{es} de que vm m^e havia feito mimo; o am^o Aleferes da tropa para as vender e foram m^{to} mal vendidas p^r não haverem mais do que dois navios no porto que p^r

⁹¹ Documento 21. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.79

isso há m^{ta} falta de gêneros e tudo m^{to} carro; ao dito amigo mandei pedir uma ancoretta de agoard^e q rem^{to} a vm^{ce} im signal de amizade(...); m^a Comp^{ra} rem^{te} a snr^a munbanda Donna Luiza Fran^{co} cheq dois panos de xita hum lenços ir^o cujos panos vam já f^{tos} p^r elas m^{ma} de que estima sejam do seu gosto(...).

O interessante desta carta é que a companheira do comandante regente envia presentes a senhora de Caculo Cacahenda. E neste período ainda não tinha aparecido na documentação pano e lenços como presentes. Na bibliografia disponível referente à temática não encontramos nada sobre a senhora de Caculo Cacahenda. A única coisa que sabemos é que as mulheres da região dos Dembos usavam panos para tapar os peitos e tinham um sentimento de pudor incomum aos povos daquela colônia, constata Henrique Galvão⁹². O que nos faz pensar que este presente muito provavelmente foi bem visto pela senhora de Caculo Cacahenda.

O comandante da noticias que recebeu o mimo do Dembo Caculo Cacahenda e que este mimo não lhe rendeu um bom dinheiro. Tanto que só retribui o presente com uma ancoretta (barril pequeno) de aguardente. Notei nestas cartas que era de bom tom que os presentes trocados tivessem uma equivalência de preço. Tanto que, em um período posterior ao abrangido pela nossa análise temos uma carta aonde vem discriminado na frente do que é enviado o preço de cada coisa e a soma de tudo. Esta carta também mostra como o tipo de objeto, a ser enviado, muda com o tempo. Vejamos esta carta a titulo de curiosidade⁹³:

Nota dos artigos fornecidos ao Dembo Canananga D. Thomaz Paulo Affonso da Silva, grande quinene do Rei do Congo em retribuição do prezente que enviou, conforme as ordens do Cacullo que [papel roto] nativo, transmitidas em officio da Secretaria geral n^o 691 de 5 do corrente mez.

1 caparte.....	3500
15 Kilos peixe cação.....	1\$600
33 " dito surtido_____pr15/1000.....	2\$640
1 garrafão de 25 litros água ardente___pr.....	7\$600
4 peças de riscado_____a 2000.....	8\$000
15 kilos sal.....	\$300

⁹² GALVÃO, Henrique. *Dembos*. Agencia Geral das Colônias: Lisboa, 1935.p.14

⁹³ Documento pertencente ao fundo David Magno encontrado em arquivo solto na internet.

2 sacos vazios para o sal e peixe ____ a 120.....	\$240
3 peças de lenços encarnados ____ a 100.....	3\$000
1 sobrecazaca de panno preto _____pr.....	12\$000
1 cadeira austríaca.....	1\$361
1 carimbo com armas reaes.....	2\$000
1 resma papel almasso pautado(fornecido pelo deposito..\$-	
1 frasco de 1 litro tinta alemã____(idem).....	\$-
1 Caixa pennas _____(idem).....	\$-
½ caixa lacre _____(idem).....	\$-
Dinheiro para ração de 5 dias, desde 2 até 6 de corrente...	17\$800
Idem para ração regresso desde 7 a 9.....	10\$680
.....	70\$721
Calculo aproximado do presente que enviou.....	78\$820
Saldo a favor da fazenda.....	8\$079
Repartição da fazenda Provincial em Loanda, 7 de Abril de 1897.	

O tipo de presente que é enviado vai se alterando com o passar do tempo. De 1780 a 1850 era comum o Dembo enviar moleques e cabeças e receber cadernos, tinta, material para escrita, pólvora e aguardente. O envio de criações, ou seja, porcos, galinhas e bois só aparecem na documentação a partir de 1850. Ao que parece antes a região do Dembo Caculo Cacahenda não se dedicava a plantar e nem a criar animais. Pelo que vemos acima, em 1897 eram enviadas até cadeiras austríacas. Não é atoa que o capitão Henrique Galvão, em sua obra *Dembos de 1935*, relata que a casa dos Dembos eram “*mobiliadas nos interiores com cadeiras, mesas, bancos, camas, etc*”⁹⁴. Segundo Galvão, nenhum dembo que se prezasse dormia no chão.

3.2 As cartas de 1860

..... (...) Recebi o porco e a mutaca de fubá de milho que lhe mandou oferecer, e agradeço a sua lembrança. Remeto-lhe uma garrafa d’aguardente para matar o bixo, assim como três cadernos de papel, galho, e caparozza, que pede para sua escripta. Breue lhe escreverei

⁹⁴ GALVÃO, Henrique. Opus cit. p.15

para uma deligencia de meus fugidos, e consta me que se achão nas suas terras[grifos meus] como foi saber o seu Macota(...)⁹⁵.

A carta acima, que é a primeira da década de sessenta, representa bem os assuntos mais abordados neste período. Este é o período com o maior numero de cartas e podemos ver algumas mudanças nos “presentes” e nos assuntos. O Dembo começa a enviar galinhas, porcos, bois e fubá de presente. E começa a receber, além da aguardente e do papel, que agora era selado, roupas e tecidos. A maioria das missivas é sobre a disputa na região de Encoje e sobre escravos fugidos para a região dos Dembos.

A região de Encoje ficava entre dois Dembos, o Dembo Ambuilla e Ambuella. Em 1759 o governador Antônio de Vasconcelos conquistou a celebrada pedra de Encoge situada entre os dois poderosos dembos, sem que nenhum deles disputasse a posse. Formou-se ali o novo presídio (estabelecimento de colonização militar que assegurava a presença militar lusa e seu comércio naquele trecho) chamado S.Jozé do Encoge. O presidio foi útil, não só para marcar presença militar portuguesa, mas principalmente para a posse do comércio dos dembos vizinhos e para facilitar o avassalamento dos povos circunvizinhos que ainda não eram vassalos da Coroa portuguesa.

Como dito, os dembos que exerciam maior influência na região de Encoje eram o Ambuíla e o Amboela. O dembo Ambuíla revoltou-se contra os portugueses e foi derrotado em 1765. Em 1791 foram derrotados outros Dembos vizinhos ao presidio de Encoje, os Dembos Dambi-Angonga e Quitexi-Cambambi, que passaram a prestar vassalagem ao rei de Portugal⁹⁶.

O presidio inicialmente era protegido por soldados que faziam uma ligação trimestral a Luanda, contava com um branco e 27 mestiços. Com o passar dos anos em consequência do marasmo do país provocado primeiro pelas

⁹⁵ Documento número 53. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.158

⁹⁶ GARCIA, João. S. *José do Encoje*. Disponível em: < <http://www.muanadamba.net/article-s-jose-do-encoge-51464943.html> > Acesso em: 20/08/2013

Invasões Francesas, mais tarde pela guerra civil e em seguida à Revolução de 1820 e por outros momentos de instabilidade e crise nacional, a região foi praticamente abandonada pelos portugueses. Em meados de 1853 o forte de Encoje não representava mais que um elemento simbólico da presença portuguesa⁹⁷.

Segundo Alfredo Sarmiento a fortaleza era “*guarnecida por catorze soldados pretos, armados de espingardas de fuzil cheias de ferrugem e, pela maior parte quebradas*”⁹⁸. Os únicos méritos da fortaleza eram, por um lado, o facto de ela se situar numa zona que os ingleses pretendiam penetrar; e, por outro lado, o facto de ela ser um posto avançado no caminho do Reino do Congo. Os caminhos para o Encoje só eram transitáveis a Oeste (11 a 12 dias de Luanda) quando os Dembos ditos “vassalos” não se opunham à passagem. Em 1867 o Dembo Caculo Cahahenda seguindo ordens ou ideias do Rei do Congo começa a se opor ao livre trânsito naquela área. Esta é uma das missivas que tratam do assunto⁹⁹.

Acuzzo receber sua carta(...) dizendo me que tinha de mandar reunir, na dita sua banza os sobas da 3ª divisão de Ngombe Anambo, como seus subordinados, afim de lhes transmitir as ordens que tras do Reio do Congo(...)o governo me recomendou toda a prudência, para que o authoriza- se tomar conta dos três sobas aludidos acima, quanto estes são vassalos, e pagão uma contribuição(dizimo) que monta em quatrocentos e tantos mil reis fortes, pois nesta hipothese se v.s. vem, só com esta intenção não concinto e me parece que v.s. continua com a sua desobediência, que por qual tinha se ausentado deste concelho para o de Encoje e desde já peço me declare se só veio com interesse de chamar a sua obediência aquelles sobas que há muito tempo são considerados subordinados a Bandeira Portuguesa a fim de o fazer constar a s. Exª o snr Governador geral da Provincia para este resolver sobre a sua dita intenção, porque sei que v. Sª é Dembo rebelde e do concelho de Encoje aonde prestou ajuramento da vassalagem quando deste concelho se auzentou(...). Outro sim a v. s. previno

⁹⁷ GARCIA, João. S. *José do Encoje*. Disponível em: < <http://www.muadamba.net/article-s-jose-do-encoge-51464943.html> > Acesso em: 20/08/2013

⁹⁸ SARMENTO, Alfredo. *Os sertões d'Africa (apontamentos de viagem)*. F.A. da Silva:1880, Lisboa. Citado por: GARCIA, João. S. *José do Encoje*. Disponível em: < <http://www.muadamba.net/article-s-jose-do-encoge-51464943.html> > Acesso em: 20/08/2013

⁹⁹ Documento 63. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Opus cit.* p.172-173

que quando me queira escrever, nunca me falle em nome do Rei do Congo por eu não ser sujeito a ele [grifos meus].

Esta carta foi escrita pelo chefe do Concelho dos Dembos que era alguém nomeado pela coroa portuguesa (instituído em 1857) para resolver os problemas dos Dembos avassalados. A relação com o chefe do Concelho dos Dembos é menos prestigiante do que a com o governador. Só que ao mesmo tempo os Dembos tinham medo do chefe de Concelho por este estar mais próximo e por isso constituir uma autoridade mais ameaçadora¹⁰⁰. Nela vemos que Caculo Cahahenda se ausenta de suas terras para ir para a região do Encoje, e pelo que vemos em uma carta enviada posteriormente, ele foi para esta região atrapalhar o livre trânsito¹⁰¹. Com certeza ele também se ausenta de suas terras porque a esta altura o governo português já fazia algumas investidas para tentar dominar as terras de Caculo Cahahenda.

Notamos também nesta carta que o Dembo Caculo Cahahenda era avassalado do presidio de Encoje, mas que apesar disso seguia os “concelhos” do Rei do Congo. Esta não é a única carta em que o Dembo Caculo Cahahenda remete ao Rei do Congo. Inclusive nos documentos posteriores a este que acabamos de ver o Dembo Caculo Cahahenda vai mostrar duas cartas escritas para ele pelo Rei do Congo a todas as autoridades portuguesas a fim de comprovar o apoio que tem do dito rei.

De acordo com Ana Tavares e Catarina Santos a relação entre o Dembo e o Rei do Congo pode ser vista em dois aspectos: o primeiro remete as estratégias de legitimação política, aonde à filiação no rei do Congo funcionava como uma espécie de *“argumento de afirmação entre os Dembos e entre estes e as autoridades portuguesas; outro que corresponde a uma efetiva relação com o mesmo rei e que se manifesta em trocas de correspondências, de embaixadas e de emissários”*¹⁰².

¹⁰⁰ SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.523

¹⁰¹ Trecho do documento referido: “o Dembo Gombe Amuquiama pretende levantar guerra contra o Dembo Caculo Cahahenda, por causa de uns sobas que ele chama seus subordinados(...) o dito dembo Ngombe Amuquiama fará desimpedir os caminhos para que o sos filhos e dos outros Dembos e sobas do concelho possam vir livremente a cidade negociar e trazer mantimentos como até aqui. Palácio do governo de Luanada 1868.” Documento número 74. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Africae Monumenta...* p.189

¹⁰² SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.26

Ao mesmo tempo em que o Rei do Congo se torna no discurso em um personagem que parece estar distante, que parece ser algo mitificado, ele ganha sempre uma posição política e simbolicamente ativa. A sua autoridade é sempre invocada e colocada no mesmo patamar da autoridade do Rei de Portugal. Assim, a autoridade do Rei do Congo é invocada para legitimar ações contrárias as decisões das autoridades lusas. Funciona como uma espécie de apoio na hora do confronto com o poder colonial¹⁰³.

Veremos mais afundo no terceiro capitulo porque o Dembo Caculo Cacahenda recorria a estas duas autoridades: Rei do Congo e Rei de Portugal. Podemos adiantar que isso se dava porque para os poderes africanos os autos de vassalagem eram validos desde que não ameaçasse a autonomia política do seu Estado. Quando a autonomia política era ameaçada eles remetiam sua dependência e/ou relação ao Rei do Congo.

O governador de Angola e as demais autoridades lusas presentes em Angola não aprovavam a ideia de o Dembo Caculo Cacahenda submeter aqueles três reinos não só porque perderiam o dizimo, já que Caculo Cacahenda não costumava paga-lo, mas também porque diminuiria o comércio com o interior. Este é o período em que os desentendimentos entre o Dembo Caculo Cacahenda e as autoridades portuguesas começam a ficar mais frequentes. Veremos no próximo capítulo que 1870 é a década em que Portugal envia diversas colunas à região para dominar o Dembo rebelde e aqueles territórios. Em 1870 se inicia a guerra lusa contra Caculo Cacahenda.

As terras de Caculo Cacahenda também começavam a ganhar fama de “refugio de escravos” na década de sessenta:

Junta uma relação de quinze pretos entre pretas, de meu amigo no Golungo alto snr Redolpho Vieira Lopes, fugidos na noite de 9 para 10 do corrente, e constando-lhe as minhas relações de amizade com amigo, pede que eu peça ao amigo para captura d’elles, com o protexto de lhe gratificar com quinze peças de fazenda de lei, além d’alguma agoardente, cazo todos sejam prezos. Foram vestidos de panos d’amostra dos retalhos também juntos, e signaes constam da mesma relação; pr isso peço ao amigo não só

¹⁰³ SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). Opus cit. p.522

para me obsequiar, como mesmo para mostrar ou dár provas de bom vassalo, empregar todos os meios para serem presos emandar m'os, ou te los ahi seguros e avizar me(...). Pois creia o amigo que é constante que nas suas terras é o refugio d' escravos, por isso providenciar que é consequências funestas, o conselho capturar todos que ahi estiverem refugiados, quando qualquer lhe faça pedido idêntico, para não ter o nome de coito d' escravos.

Relaçam de Gente fugida ao morador abaixo, na noite de 9 para 10 do corrente

NOMES	NAÇÕES	SIGNAIS
1 Francisco	Hollo	Tem um olho mais pequeno que o outro e marcado no peito e braço esquerdo
2 João Grande	Congo	Cocho d'uma das pernas, baixo e gordo com marca nos peitos
3 João Pequeno	“	Baixo e robusto, marcado n'um dos peitos e braço
4 Fernando	“	Dentes abertos, gago, com ferida n'um dos pés
5 Quissonde	Quissama	Marcado n'um dos braços e peito= baixo e robusto
6 Augusto	Congo	Novo – bem parecido e com babas
7 Zambi	Ngola	Marcado n'um dos braços e peito, pernas grossas, um pouco carcunda e fala apreçado
8 Ndala	“	Novo – baixo, carinha esperta e dentes poucos abertos
9 Fermino	Congo	Alto, com bexigas na cara, nariz grande e corpulento

10 Felizard	“	Preta bem parecida – retinte, dentes abertos
11 Henrique	Congo	Alta, pernas finas com cria no peito, espigada
12 Roza	“	Altura regular- com cria de seu nome Domas com o rabo rebitado
13 Maria	Bango Aquitamba	Preta de meia idade, baixa e rebusta fala apreçado
14 Vungi	Ngola	Altura regular – bem parecida, rabo garnde e com cabelo bom
15 Amalia	Congo	Dentes abertos, baixa, bem parecida e robusta

A resistência a escravidão tem recebido uma grande atenção acadêmica aqui no Brasil, sobretudo como um fenômeno endógeno. Em terras africanas, de onde vinham milhões de nativos deportados para as Américas, a resistência a escravidão não era menos significativa. Apesar desta fuga a escravidão em África ter recebido pouca atenção, principalmente aqui no Brasil, ela existia. José C. Curto nos mostra em seu estudo mais de três mil casos de fugas de escravos entre 1846 e 1876 em Angola¹⁰⁴.

O fenômeno de fuga a escravidão não tem suas origens na América. A fuga já acontecia em terras africanas, e deram início a um “*processo histórico que transcendeu as partes constituintes do mundo atlântico*”¹⁰⁵.

Poucos historiadores que se dedicam a estudar a história da África tem se dedicado a esta temática, talvez por isso a resistência a escravidão tenha sido quase exclusivamente associada às experiências de africanos e crioulos na

¹⁰⁴ CURTO, J. *Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugidos recapturados em Angola, 1846-1876*. In AFRO-ÁSIA. Número 033. 2005. pp. 67-86. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp67_86_Curto.pdf> Acesso em: 26/08/2013

¹⁰⁵ CURTO, J. Opus cit. p.69

América, em especial no contexto das fazendas. O que nos deixa com a impressão de que este é um fenômeno próprio da escravidão na América.

Alguns historiadores atrelam esta lacuna “*a pouca evidencia documental de resistência escrava na África Ocidental durante o período do tráfico atlântico que se compara com as observações no Novo Mundo*”¹⁰⁶, o que José Curto desmistifica em seu estudo nomeando uma série de fontes em que a resistência à escravidão pode ser notada. Entre as fontes citadas estão os arquivos cartoriais de Angola, registros de batismo e casamento de Luanda e o Boletim Oficial de Angola (jornal) que é a fonte que ele usa. Mas podemos acrescentar a estes documentos elencados por José Curto o arquivo da região dos dembos que está sendo organizado pela UNESCO no Arquivo Histórico Ultramarino e as cartas de Caculo Cahenda que analisamos neste estudo. Vimos acima uma rica descrição dos escravos fugidos, e esta não é a única carta do arquivo que remete à temática.

Tentando explicar porquê esta fuga a escravidão esteve sempre associada a América Kolapo sugere que “*a mistura das lutas e das oportunidades relativas para alguma mobilidade dentro das sociedades tradicionais da África Ocidental explicam a resignação aparente dos escravos à sua condição e a falta concomitante de grande resistência ativa na documentação existente*”¹⁰⁷. Os escravos na África desfrutavam de um pouco de confiança e mobilidade social por isso a escravidão em África não produziu uma resistência ativa igual a da América. Mas a falta de relatos de uma resistência ativa não pode nos levar a fazer conclusões apressadas e superficiais, que rotulem a escravidão na África como benigna. E a importância da fuga tem sido negligenciada.

Pouco tempo após a fundação de Luanda muitos escravos que trabalharam na cidade portuária e nos sítios próximos para apoiarem a economia angolana de exportação de cativos fugiam de seus donos¹⁰⁸. A busca pela liberdade por meio da

¹⁰⁶ CURTO, J. Opus cit. p.68

¹⁰⁷ Femi J. Kolapo, “Documentary ‘Silences’ and Slave Resistance in West Africa during the Era of the Atlantic Slave Trade”. Citado por: CURTO, José C. *Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876*. p.71 Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp67_86_Curto.pdf> Acesso em: 26/08/2013

¹⁰⁸ CURTO, J. Opus cit. p.68

fuga não era característica dos escravos que viviam em Luanda e nas propriedades rurais circunvizinhas. Em outras regiões de Angola os escravos também buscavam a liberdade, como vemos no exemplo do Dembo Caculo Cahahenda através da carta acima exposta.

O Boletim Oficial de Angola de 1845 até 1876 noticiou escravos fugidos e capturados. Nesta fonte tem-se uma série de detalhes, parecidos com os mostrados na tabela acima, disponíveis para os quase 3.200 noticiados. As estatísticas mostram que em uma população de 386.000 pessoas, em 1844, 22,5% eram escravos. Já em 1873, de 435.000, 13% ainda permaneciam na condição de escravos e 7% na de libertos (ex- escravos) ¹⁰⁹.

Devemos lembrar da Lei de 1836, que tornou ilegal a exportação de escravos de Angola. Sá da Bandeira, Ministro Liberal responsável pelas colônias, ordenou em 1854, *“a libertação de todos os escravos pertencentes ao Estado colonial e, no ano seguinte, decretou a alforria automática de todos os escravos não registrados no Estado colonial angolano”* ¹¹⁰. No ano de 1869, *“o governo central em Lisboa declarou que os escravos estavam oficialmente “libertos” com a condição de continuar trabalhando para os seus donos por um período de dez anos”* ¹¹¹. Este estatuto foi abolido em 1876, com a emancipação completa antecipada para os meados de 1878.

A fuga de escravos em um período em que a abolição estava em vista mostra que os africanos escravizados não acreditavam nas leis fixadas pelos portugueses. José Curto se pergunta se teriam as *“fugas contínuas aumentado o custo de manter e de controlar os escravos, como aconteceu em outras partes do Atlântico e, assim, pressionado os proprietários e o Estado colonial a aumentar o ritmo do processo para a abolição completa?”* ¹¹².

¹⁰⁹ CURTO, J. Opus cit. pp.82-83

¹¹⁰ CURTO, J. Opus cit. pp.82-83

¹¹¹ Ibidem

¹¹² CURTO, J. Opus cit. p.83

A fama de refugio de escravos do dembo Caculo Cacahenda é elencada por Henrique Galvão (capitão que participou de algumas colunas de combate ao referido dembo) como um dos motivos pelos quais os portugueses queriam dominar a região¹¹³. Termine este capítulo com os cinco motivos citados pelo capitão Henrique Galvão para justificar a ação das colunas no dembo Caculo Cacahenda.

- I – abrir ao comércio e às explorações agrícolas e mineira tôda a vasta região banhada pelos rios Zenza, Dande, Lifune e Loge;
- II – Procurar uma via de comunicação para drenar os produtos desta região, explorando sob o ponto de vista das condições de navegabilidade, o rio Dande ou estudando uma entrada que viesse a terminar na parte navegável do Zenza em Cabundo ou Quionga;
- III – Castigar severamente os povos insubmissos e revoltados contra a nossa autoridade;
- IV – proceder à ocupação do território, de forma a conseguir o livre trânsito do comércio sem ter de pagar contribuições ao gentio sem sujeitar-se aos vexames e violências que o perseguiram e a acabar com os coios de foragidos que na região encontravam asilo seguro;
- V – Tornar mais eficaz a nossa autoridade sobre vários dembos e sobas limítrofes dos revoltados, que só por favor toleravam a nossa soberania

As investidas portuguesas contra o Dembo, o contrato de vassalagem, as relações afro-portuguesas e o império ultramarino luso serão os assuntos do próximo capítulo.

¹¹³ GALVÃO, Henrique. Opus cit.p.14

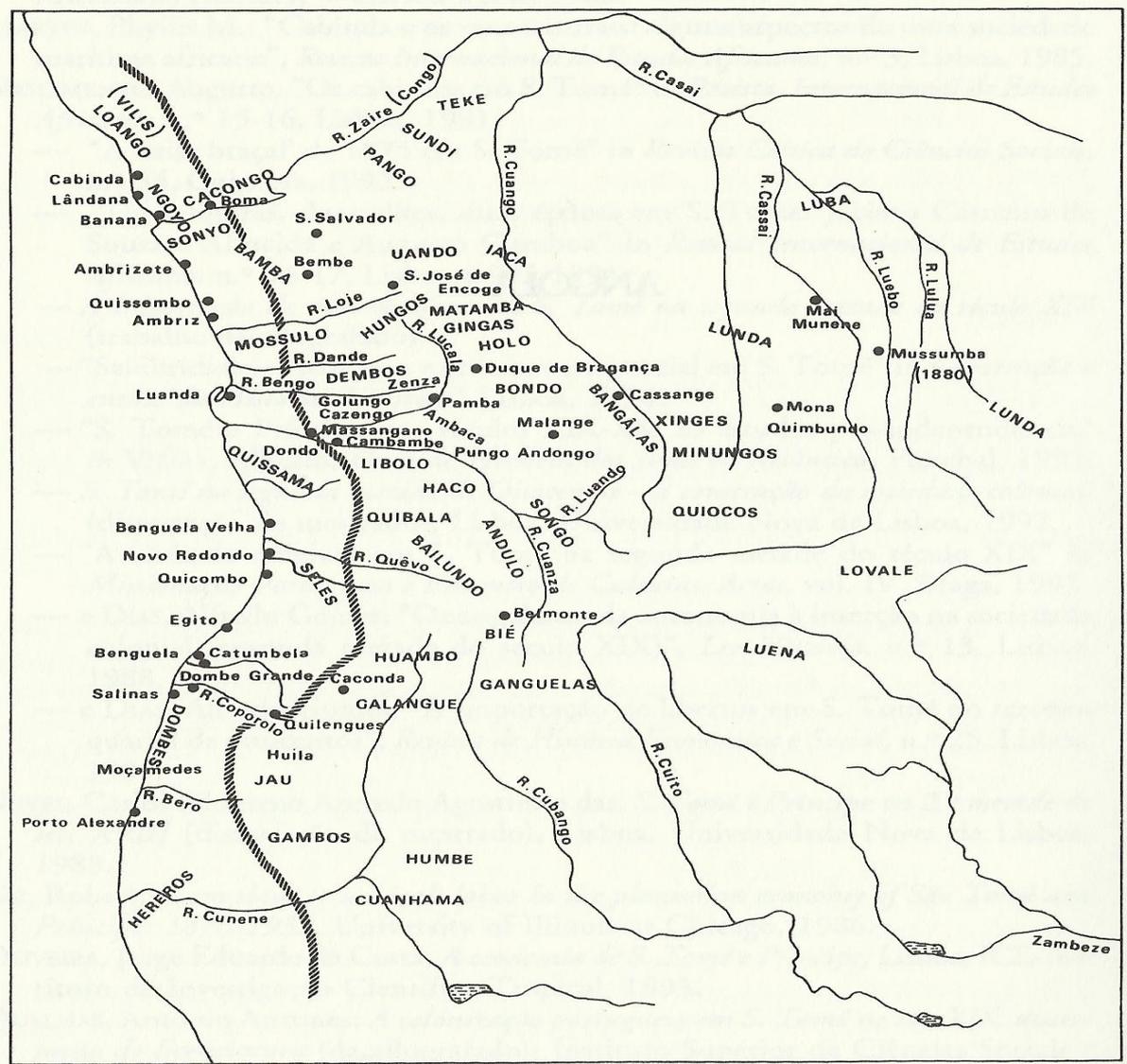


Figura 4 – Mapa de Angola. Retirado de: DIAS, Jill & ALEXANDRE, Valentim (orgs.), *O Império Africano (1825-1890)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1998

Fontes

Relatos Militares

ALMEIDA, João de. **Operações Militares nos Dembos em 1907**. Lisboa: Tipografia Universal, 1909.

COUCEIRO, Paiva. **Angola. Dois anos de governo, Junho de 1907 a Junho de 1909. História e comentários**. Lisboa: Edições Gama, 1948.

GALVÃO, Henrique. **Dembos**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1935.

MAGNO, David. **Guerras Angolanas. A nossa acção nos Dembos**. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1937.

RESENDE, Manuel de. **Ocupação dos Dembos – 1615 –1913**. Cadernos Coloniais Nº 61. Lisboa: Edições Cosmos, 1930.

Cartas

Documento 8 ao Documento 97. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cacahenda*. Vol. I. Lisboa: Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

Descrição histórica, geográfica e etnológica

MONTECÚCCOLO, João (1965). **Descrição Histórica dos três Reinos. Congo Matamba e Angola**. 2 vols. Tradução: Padre Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

Referencias Bibliográfica

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- CARVALHO, Flavia Maria de. **Do fundamento ao avassalamento: ritos e cerimônias, alianças e conflitos entre portugueses e sobas do antigo Ndongo.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011
- CARVALHO, Henrique Dias de. **Etnographia e história tradicional dos povos da Lunda.** Lisboa:1890
- CORREA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola.** Lisboa: 1937. Vol. I
- CURTO, J. **Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugidos recapturados em Angola, 1846-1876.** In AFRO-ÁSIA. Número 033. 2005. pp. 67-86. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp67_86_Curto.pdf> Acesso em: 26/08/2011
- CURTO, José C. **Álcool e escravos.** Lisboa: Editora Vulgata, 2002. p. 402. In: SIMAS, Luiz Antonio. **Álcool e escravos.** Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Aug. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300009>
- DIAS, Jill. **Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920).** Lisboa: Penélope Estudos, 1994. p.43-91.
- HEINTZE, Beatrix. **O contrato de vassalagem afro-portugues em angola** In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos Séculos XVI e XVII – Estudos sobre fontes, métodos e história.* Luanda: Kilombelombe, 2007.
- HENRIQUES, Isabel Castro. **Os Pilares da Diferença. Relações Portugal- África. Séculos XV-XX.** Edição Caleidoscópio: Portugal, 2004
- HENRIQUES, Izabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX.** Lisboa: IICT, 1997.
- KI -ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. Vol. I, Brasília : UNESCO, 2010
- MARRACHO, António José Machado. **Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919). 47 Anos de Independência às Portas de Luanda.** Dissertação (mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva.** Tradução: Antônio Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 2008

MILLER, Joseph. **O tráfico português de escravo no atlântico sul no século dezoito: uma instituição marginal nas margens do sistema atlântico.** In: Fontes & estudos. Numero 3. Luanda: AHNA, 1996.

SANTOS, Catarina ; TAVARES, Ana. **Fontes escritas africanas para a história de Angola.** In: SANTOS, Catarina ; TAVARES, Ana (Ed.). *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cahenda.* Vol. I. Lisboa: Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002. p.471-509.

SANTOS, Catarina Madeira. **Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu.** Rev. hist., São Paulo, n. 155, dez. 2006
Disponível em
<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2011.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Nos caminhos da África: serventia e posse.** Angola-século XIX. Lisboa: 1998

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Prefácio.** In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cahenda.* Vol. I. Lisboa: Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

T.OBENGA. **Fontes e técnicas específicas da história da África – Panorama Geral.** In: *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.* Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ªed. rev. Brasília : UNESCO, 2010.

UNESCO. **Declaração universal dos arquivos.** Paris: Conferencia da UNESCO, 2011.
Disponível em: http://www2.iict.pt/archive/doc/Boletim-DGARQ-n_19.pdf. Acessado em: 10/02/2012

VANSINA, Jan. **A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros estados.** In: *Historia Geral da África: a África do séc. XII ao XVI.* Vol. IV. Brasil: Ática/Unesco,

